



SINDILAT/RS

Relatório
de comunicação



SINDILAT/RS

CLIPPING OFFLINE

Veículo: Correio do Povo
Data: 04/05/2023
Página: 08 – Rural
Centimetragem: 90 cm

Fenasul busca alternativa ao uso do milho no cocho

Para os moradores de Porto Alegre e Região Metropolitana que apreciam a conexão entre a vida da cidade e do campo, o Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, oferecerá, entre os dias 17 e 21 de maio, uma série de atrações dentro da 17ª Fenasul e 44ª Expoleite. Lançados na manhã desta quarta-feira, na casa da Associação de Criadores de Gado Holandês, no parque, os eventos vão reunir bovinos e bubalinos de várias raças, com destaque para o rebanho leiteiro, que terá 147 exemplares da raça Holandesa e 145 da raça Jersey, além de animais Girolando, Gir

Leiteiro e gado de corte. Também devem participar equinos e pequenos animais (menos aves, em razão das restrições impostas pela gripe aviária).

O presidente da Gadolando, Marcos Tang, destacou o momento delicado que vive a produção leiteira gaúcha após três ciclos de estiagem que, segundo ele, "esvaziaram" os estoques de milho. Disse, porém, que a realização dos eventos é motivo de alegria e momento para refletir sobre as alternativas nutricionais ao gado. "Trouxemos para discussão a produção de trigo para alimentação animal, conhecimento que não temos e que nos sobra no caso

do milho", destacou Tang.

A Fenasul/Expoleite terá eventos paralelos como a Multi-feira de Esteio (mostra comercial promovida pela prefeitura do município) e a 18ª Feira de Terneiros, Terneiras e Vaquilhonas, realizada pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), no dia 17 de maio, com oferta de 500 animais. Muito procurada pelos visitantes, a Feira da Agricultura Familiar contará com 32 empreendimentos, 12 a mais que no ano passado. Segundo o assessor de Política Agrícola e Feiras da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Jocimar Rabaioli, o espaço trará um mix completo de produtos coloniais, como salames, queijos, doces, bebidas, pães, cucas e biscoitos.

Durante o evento, o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do RS (Sindilat/RS), Darlan Palharini, cobrou a liberação de R\$ 30 milhões do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (Fundoleite) do Estado. O secretário da Agricultura, Giovani Feltes, afirmou que ainda há burocracias, mas que estão em análise jurídica.

JULIA CHAGAS/SEAP/CP



Lançamento da exposição reuniu autoridades e criadores em Esteio

Veículo: Zero Hora
Data: 04/05/2023
Página: 14 – Campo e Lavoura
Centimetragem: 90 cm

Fundo do setor entra na pauta da Expoleite e Fenasul

Foi um café da manhã diferente, com o leite e seus derivados (foto abaixo) ganhando o protagonismo à mesa e nos discursos do lançamento da 44ª Expoleite e 17ª Fenasul, realizado no parque Assis Brasil, em Esteio, ontem. Os eventos simultâneos ocorrem de 17 a 21 de maio e têm entrada gratuita. Durante a apresentação oficial, os desafios inerentes à produção também entraram no cardápio. E o secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios (Sindilat-RS), Darlan Palharini, falou sobre a necessidade de que os cerca de R\$ 30 milhões do Fundo Estadual do Leite (Fundoleite) possam ser acessados, para ações de fomento da cadeia.

– Precisamos resolver esse problema. A Argentina liberou R\$ 300 milhões para o setor de lácteos – pontuou.

Ao se manifestar, logo depois, o secretário da Agricultura, Giovani Feltes, falou sobre

o assunto. Ele explicou que os projetos aprovados precisam passar por trâmites burocráticos, mas que já está sendo feita a análise jurídica. Criado em 2013, o Fundoleite é formado por arrecadação compulsória, de partes iguais, entre Estado e indústrias. E, desde 2021, o acesso ganhou um novo modelo de distribuição: 70% vai para projetos de assistência técnica, 20% para apoio e desenvolvimento do setor e 10% para custos administrativos.

Os desafios do setor lácteo apareceram em outras falas na cerimônia de lançamento. Presidente da Associação de Criadores de Gado Holandês (Gadolando), Marcos Tang lembrou que são três anos de condições climáticas adversas:

– O grande desafio do produtor (de leite) é produzir alimento (para o gado). Temos de otimizar o uso das pastagens, porque os silos estão

quase vazios.

Representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (Fetagr-RS), o engenheiro agrônomo Kaliton Prestes disse que é preciso avançar para a colheita de três safras em um ano também na pecuária de leite. Gedeão Pereira, presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), destacou que o Brasil, terceiro maior produtor de lácteos, precisa ganhar competitividade.

– A Expoleite e a Fenasul trazem o que há de melhor na genética, que é um dos pilares da competitividade – acrescentou.

Vice-presidente técnico da Gadolando, José Ernesto Ferreira lembrou que a exposição traz, além de uma disputa saudável, a possibilidade de que o produtor fique atualizado:

– E tem a aproximação do público urbano com o do campo.

LALIRO ALVES, AGENCIA RBBS



Saiba mais

- A 44ª Expoleite e 17ª Fenasul ocorrem de 17 a 21 de maio, no parque Assis Brasil, em Esteio.
- A entrada no local é gratuita.
- Há ainda a Multifeira de Esteio, que terá mais de 200 expositores, o rodeio artístico de Esteio, um pavilhão da agricultura familiar, com 32 empreendimentos e o retorno da Feira de Terneiros, Terneiras e Vaquilhonas.

Veículo: Correio do Povo

Data: 11/05/2023

Página: 11 – Rural

Centimetragem: 15 cm

PROTEÍNA ANIMAL

Setor alerta para aumento da crise

Agroindústrias localizadas na região do Vale do Taquari podem fechar caso não recebam apoio do poder público, afirmou, ontem, o presidente executivo da Dália Alimentos, Carlos Alberto Freitas. “Se não encontrarmos uma maneira de fortalecer os produtores, vai haver empobrecimento nas regiões onde a base da economia está na produção de suínos, de leite e de frango”, alertou Freitas no tradicional almoço realizado pela Federasul, em Porto Alegre.

As demandas do setor foram entregues ao secretário da Agricultura, Giovanni Feltes. O documento foi chancelado pela Federasul, pela Asgav, pelo Sips e pelo Sindilat. Entre os pleitos está o fim das cobranças gradativas sobre os créditos presumidos.

Veículo: Jornal do Comércio

Data: 12/05/2023

Página: 02 – Frases e Personagens

Centimetragem: 4 cm

“Precisamos melhorar a competitividade do leite e, ao mesmo tempo, preservar e permitir a ampliação do que é produzido pela indústria nacional. Um caminho é o enfrentamento das diferenças em termos de subsídios concedidos por Argentina e Uruguai e quem vêm produzindo desigualdades no mercado de leite no Mercosul, penalizando, sobretudo a indústria gaúcha.” **Darlan Palharini**, secretário-executivo do Sindilat/RS

Veículo: Correio do Povo
Data: 22/05/2023
Página: 09 – Rural
Centimetragem: 30 cm

Setor leiteiro pleiteia seguro rural

Pedido será encaminhado ao governo federal com vistas ao Plano Safra previsto para junho

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Rio Grande do Sul enviará um ofício para os ministérios da Agricultura (Mapa), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) com reivindicações do setor para o próximo Plano Safra. A decisão partiu de reunião realizada ontem, durante a Fenasul/Expoleite, que se realiza até domingo em Esteio.

Uma das reivindicações é a formulação de uma modalidade dentro do Programa de Garan-

tia da Atividade Agropecuária (Proagro) e no Seguro Rural para amparar o custeio da pecuária de leite. "Hoje, não tem nenhum mitigador de risco para a produção de leite, nem seguro, nem Proagro", afirma o coordenador da Câmara e vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Eugênio Zanetti.

Outra reivindicação é a adoção de um rebate de 30% no teto de renda bruta anual do produtor leiteiro para que ele possa acessar financiamento no âmbito do Programa Nacional de For-

47 mil

kg de leite em pó foram importados pelo Brasil de janeiro a abril, ante 9 mil kg no mesmo período de 2022

talecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "A renda bruta para o produtor de leite é de R\$ 500 mil e, com esse rebate, aqueles que tenham renda um pouco acima deste valor poderiam ser enquadrados", explica Zanetti.

A Câmara Setorial também enviará documento para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) alertando sobre os prejuízos causados pelas importações à indústria nacional. "No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil quilos importados, em 2022, para 47 mil kg neste ano", informa o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS), Darlan Palharini. De acordo com estudo apresentado pelo sindicato na reunião, a situação é favorecida por incentivos concedidos aos produtores da Argentina e do Uruguai.

Veículo: Correio do Povo
Data: 24/05/2023
Página: 09 – Rural
Centimetrage: 40 cm

Importações alertam setor leiteiro

Compras de lácteos argentinos e uruguaios dispararam e podem desestabilizar mercado interno

O crescimento nas importações de lácteos no primeiro quadrimestre tem assustado os produtores de leite. De janeiro a abril deste ano, as compras brasileiras de creme de leite e laticínios (exceto manteiga e queijo) da Argentina e Uruguai, em relação ao mesmo período do ano passado, saltaram 286,4% em valor, chegando a 263,2 milhões de dólares, e 230,6% em volume, atingindo 69,9 mil toneladas, conforme a plataforma Comex Stat, do governo federal. Em sentido contrário, as exportações caíram 37,2% em receita, chegando a 25,4 milhões de dólares e 30,7% menos em volume.

O Rio Grande do Sul foi o terceiro estado que mais importou lácteos no período, aplicando 34,1 milhões de dólares, com variação de 230,7% sobre igual período de 2022. “Estamos com medo, porque há uma inundação



HUMBERTO NICOLINI / EMBRAPA / CP

Aumento na oferta de importados pode afetar remuneração no campo

de leite de fora do país e temos que ter alguma medida protetiva”, destacou o presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang.

O secretário-executivo do Sin-

dicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, explica que a situação deve-se aos subsídios governamentais recebidos pelos produtores argentinos e uruguaios. “Nossa preocupação é não termos uma

política de Estado para fazer frente a isso, pois derrubar o custo de produção não se consegue de imediato”, declara. Além de contar com linhas de crédito diferenciadas e menor custo de produção, ambos os países ganham em escala. “Argentina e Uruguai produzem, em média, 1 milhão de litros de leite ao ano, enquanto a média mais alta no RS chega a pouco mais de 100 mil litros ao ano”, compara.

Outro fator destacado por Palharini no atual cenário é o mercado mundial desaquecido, principalmente pela China, que é o grande comprador. “A única alternativa, realmente, seria o governo equiparar o benefício que a Argentina está concedendo, em torno de R\$ 340 milhões, e estender as linhas de crédito para fazer frente a isso, já que colocar um sistema de cotas é mais difícil pela questão do Mercosul”, pondera Palharini.



SINDILAT/RS

CLIPPING ONLINE

Veículo: GaúchaZH

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/gisele-loeblein/noticia/2023/05/no-lancamento-da-expoleite-e-da-fenasul-industria-cobra-acesso-a-fundo-do-setor-clh80icxe0074015bfhx2hfc.html>

Data: 03/05/2023

Página: Notícias

EM ESTEIO / OPINIÃO

No lançamento da Expoleite e da Fenasul, indústria cobra acesso a fundo do setor

Representante do Sindilat-RS falou sobre a necessidade de liberação de recursos do Fundoleite para ações de desenvolvimento da produção

03/05/2023 - 15h09min
Atualizada em 03/05/2023 - 19h49min

COMPARTILHE:



"Leite com café" foi servido aos convidados, como o secretário de Agricultura Giovanni Feltes, no lançamento da Expoleite e da Fenasul

Lauro Alves / Agência RBS

Foi um café da manhã diferente, com o leite (e seus derivados) ganhando o protagonismo à mesa e nos discursos do lançamento da [44ª Expoleite e 17ª Fenasul](#), realizado no parque Assis Brasil, em Esteio, nesta quarta-feira (3). Os eventos simultâneos ocorrem de 17 a 21 de maio e têm entrada gratuita. Durante a apresentação oficial, os desafios inerentes à produção também entraram no cardápio. E o secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios (Sindilat-RS), Darlan Palharini, falou sobre a necessidade de que os cerca de R\$ 30 milhões do Fundo Estadual do Leite (Fundoleite) possam ser acessados, para ações de fomento da cadeia.

— Precisamos resolver esse problema. A Argentina liberou R\$ 300 milhões para o setor de lácteos — pontuou, sobre o país vizinho, de onde o Brasil traz parte das importações do produto.

Ao se manifestar, logo depois, o secretário da Agricultura, Giovani Feltes, falou sobre o assunto. Ele explicou que os projetos aprovados precisam passar por trâmites burocráticos, mas que já está sendo feita a análise jurídica. A questão foi levada à Casa Civil, e, conforme Feltes, agora é preciso aguardar.

Criado em 2013, [o Fundoleite](#) é formado por arrecadação compulsória, de partes iguais, entre Estado e indústrias. Inicialmente, os repasses eram feitos com o Instituto Gaúcho do Leite (IGL), mediante a celebração de convênio com a Secretaria da Agricultura. Em 2016, o acordo não foi mais renovado. E em 2021, o acesso ganhou um novo modelo de distribuição: 70% do arrecadado passou a ser destinado para projetos na área de assistência técnica de produtores de [leite](#), outros 20% para apoio e desenvolvimento do setor e 10% para custeio de atividade administrativa.

A crise enfrentada pelo setor de lácteos apareceu em outras

falas na cerimônia de lançamento. Presidente da Associação de Criadores de Gado Holandês (Gadolando), Marcos Tang lembrou que são três anos de condições climáticas adversas:

— O grande desafio do produtor (*de leite*) é produzir alimento (*para o gado*). Temos de otimizar o uso das pastagens, porque os silos estão quase vazios.

Representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (Fetag-RS), o engenheiro agrônomo Kaliton Prestes disse que é preciso avançar para a colheita de três safras em um ano também na pecuária de leite. Gedeão Pereira, presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), destacou que o Brasil é hoje o terceiro maior produtor de lácteos, com a atividade presente em 98% dos municípios brasileiros, acrescentando que é preciso, no entanto, ganhar competitividade. E que é preciso olhar com atenção, entre outras coisas, para os acordos comerciais para além do bloco do Mercosul.

— A Expoleite e a Fenasul trazem o que há de melhor na genética, que é um dos pilares da competitividade — acrescentou.

Vice-presidente técnico da Gadolando, José Ernesto Ferreira lembrou que a exposição traz, além de uma disputa saudável, onde se vê a qualidade dos animais perante outros produtores, a possibilidade de que o produtor fique atualizado, faça melhoramento genético e, assim, tenha eficiência melhor na atividade.

— E tem a aproximação do público urbano com o do campo.

Saiba mais

- A 44ª Expoleite e 17ª Fenasul ocorrem de 17 a 21 de maio, no parque Assis Brasil, em Esteio
- A entrada no local é gratuita
- Além das duas exposições, há ainda a Multifeira de Esteio, que terá mais de 200 expositores, a primeira feira de cutelaria, espaço de inovação e programação cultural, com shows em todas as noites
- Há ainda o rodeio artístico de Esteio
- A agricultura familiar também marca presença, com 32 empreendimentos
- Neste ano, será retomada a Feira de Terneiros, Terneiras e Vaquilhonas, marcada para o dia 17 de maio

Veículo: Correio do Povo

Link: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/fenasul-e-expoleite-lan%C3%A7adas-nesta-quarta-feira-em-esteio-prometem-atra%C3%A7%C3%B5es-a-partir-do-dia-17-1.1026415>

Data: 03/05/2023

Página: Rural

Fenasul e Expoleite, lançadas nesta quarta-feira, em Esteio, prometem atrações a partir do dia 17

Feiras acontecerão até o dia 21 de maio, no Parque de Exposições Assis Brasil, com a presença de pelo menos 300 animais de raças leiteiras

03/05/2023 | 12:17
Nereida Vergara



Entidades e autoridades brindaram o lançamento dos eventos com o brinde de leite | Foto: JM Alvarenga/Divulgação/CP

Para os moradores de Porto Alegre e Região Metropolitana que apreciam a conexão entre a vida da cidade e do campo, o Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, oferecerá, entre os dias 17 e 21 de maio, uma série de atrações dentro da [17ª Fenasul e 44ª Expoleite](#). Lançados na manhã desta quarta-feira, na casa da Associação de Criadores de Gado Holandês, no parque, os eventos vão reunir bovinos e bubalinos de várias raças, com destaque para o rebanho leiteiro, que terá 147 exemplares da raça Holandesa e 145 da raça Jersey, além de animais Girolando, Gir Leiteiro e gado de corte. Também devem participar equinos e pequenos animais (menos aves, em razão das restrições impostas pela gripe aviária).

O presidente da Gadolando, Marcos Tang, destacou em sua apresentação o momento delicado que vive a produção leiteira do Rio Grande do Sul, depois de [três ciclos de estiagem](#) que, segundo ele, "esvaziaram" os silos das propriedades onde são guardados os estoques de milho. Disse, porém, que a realização dos eventos é motivo de alegria e momento para refletir sobre as alternativas que pode dispor o segmento para produzir alimentação para o gado, mesmo quando em estações secas. "Trouxemos para a discussão sobre a produção de trigo para alimentação animal, conhecimento que não temos e que nos sobra no caso do milho, que infelizmente o clima está dificultando a produção", destacou Tang.

O dirigente chamou a atenção para os eventos paralelos à Fenasul/Expoleite, como a Multifeira de Esteio (mostra comercial promovida pela prefeitura do município) e a 18ª Feira de Terneiros, Terneiras e Vaquilhonas, realizada pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), no dia 17 de maio, com oferta de 500 animais. Neste ano, não ocorrerá durante as exposições o Bocal de Ouro, tradicional seletiva do Cavalo Crioulo para a prova do Freio de

Ouro, que ocorre na Expointer, em razão de que o Complexo do Cavalu Crioulo está em obras.

Muito procurada pelos visitantes, a [Feira da Agricultura Familiar](#) da Fenasul/Expoleite deste ano contará com 32 empreendimentos, 12 a mais que no ano passado, num crescimento superior a 50%. Segundo o assessor de política agrícola e feiras da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Jocimar Rabaioli, apesar do número reduzido de expositores, se comparado a outras feiras de agricultura familiar que ocorrem no Estado, o espaço reservado às agroindústrias nos eventos do leite trarão um mix completo dos produtos coloniais, como salames, queijos, doces, bebidas, pães, cucas e biscoitos.

Durante o evento, o diretor executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS), Darlan Palharini, cobrou a liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do Rio Grande do Sul (Fundoleite) do governo do Estado. O secretário da Agricultura, Giovanni Feltes, afirmou que ainda há burocracias a serem superadas, mas que já se encontram em análise jurídica. O valor do Fundoleite é estimado em R\$ 30 milhões.

Ao final da cerimônia de lançamento, entidades promotoras e autoridades, entre elas o prefeito de Esteio, Leonardo Pascoal, e o secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Giovanni Feltes, fizeram o tradicional brinde com o leite. A feira vai funcionar todos os dias

Veículo: Página Rural

Link: <https://www.paginarural.com.br/noticia/308493/seapi-e-setor-produtivo-alinham-apoio-Anbsp-pesquisa-de-emissAmicroes-diz-sindilat-gaAcho>

Data: 04/05/2023

Página: Notícias

Seapi e setor produtivo alinham apoio à pesquisa de emissões, diz Sindilat gaúcho

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) estuda a formatação de um acordo de estímulo à redução das emissões de gases do efeito estufa na pecuária gaúcha. A iniciativa, que já conta com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, está sendo costurada junto à Embrapa Pecuária Sul e conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Associação Brasileira de Angus. Os encaminhamentos foram tratados em reunião conduzida pelo secretário adjunto, Márcio Madalena, na manhã desta quinta-feira (4), e que contou com participação do chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul, Fernando Cardoso, do secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, da presidente da Associação Brasileira de Angus, Mariana Tellechea, e do

gerente de Fomento da entidade, Mateus Pivato.

Segundo Madalena, o governo tem total interesse em ações focadas na redução das emissões ou que permitam um balanço favorável de carbono. "Precisamos mostrar o que já estamos fazendo em relação à mitigação das emissões do agronegócio. O próprio incremento genético dos rebanhos tem que entrar nessa narrativa porque faz com que o animal fique pronto para produção antes e isso reduz as emissões", pontuou o secretário adjunto.

Uma das primeiras entidades a levar o tema ao governo ainda na gestão anterior de Eduardo Leite, o Sindilat integra o grupo que busca uma parceria com o governo do Estado e o Ministério da Agricultura para viabilizar a compra de quatro cochos capazes de aferir as emissões de metano de bovinos a campo. A tecnologia, explica Cardoso, precisa ser importada, mas aumentaria consideravelmente a escala dos testes em rebanhos de corte e leite. "Os cochos de medição devem ajudar o Rio Grande do Sul a posicionar-se na linha de frente dos estudos de emissões no Brasil. É um projeto de grande interesse do setor lácteo porque representa um ganho e um diferencial produtivo", completou Palharini, convicto que o assunto deve ser tratado como política de Estado.

Uma das opções aventadas é que o investimento para aquisição dos cochos possa contar com apoio de recursos do Fundoleite. O fundo, cujas verbas estão paradas no Tesouro do Estado, foi criado exatamente para financiar projetos de pesquisa e fomento ao setor lácteo. "Já somos referência no controle de brucelose e tuberculose. Agora, precisamos avançar para o controle de emissões de forma alinhada com os compromissos ambientais assumidos", completou Palharini.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)

Veículo: Notícias Agrícolas

Link: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/348375-sindilat-secretaria-da-agricultura-e-setor-produtivo-alinham-apoio-a-pesquisa-de-emissoes.html#.ZFT7inbMLIV>

Data: 04/05/2023

Página: Notícias

SINDILAT: Secretaria da Agricultura e setor produtivo alinham apoio à pesquisa de emissões

Publicado em 04/05/2023 17:46

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação estuda a formatação de um acordo de estímulo à redução das emissões de gases do efeito estufa na pecuária gaúcha. A iniciativa, que já conta com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, está sendo costurada junto à Embrapa Pecuária Sul e conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Associação Brasileira de Angus. Os encaminhamentos foram tratados em reunião conduzida pelo secretário adjunto, Márcio Madalena, na manhã desta quinta-feira (4/5), e que contou

com participação do chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul, Fernando Cardoso, do secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, da presidente da Associação Brasileira de Angus, Mariana Tellechea, e do gerente de Fomento da entidade, Mateus Pivato.

Segundo Madalena, o governo tem total interesse em ações focadas na redução das emissões ou que permitam um balanço favorável de carbono. “Precisamos mostrar o que já estamos fazendo em relação à mitigação das emissões do agronegócio. O próprio incremento genético dos rebanhos tem que entrar nessa narrativa porque faz com que o animal fique pronto para produção antes e isso reduz as emissões”, pontuou o secretário adjunto.

Uma das primeiras entidades a levar o tema ao governo ainda na gestão anterior de Eduardo Leite, o Sindilat integra o grupo que busca uma parceria com o governo do Estado e o Ministério da Agricultura para viabilizar a compra de quatro cochos capazes de aferir as emissões de metano de bovinos a campo. A tecnologia, explica Cardoso, precisa ser importada, mas aumentaria consideravelmente a escala dos testes em rebanhos de corte e leite. “Os cochos de medição devem ajudar o Rio Grande do Sul a posicionar-se na linha de frente dos estudos de emissões no Brasil. É um projeto de grande interesse do setor lácteo porque representa um ganho e um diferencial produtivo”, completou Palharini, convicto que o assunto deve ser tratado como política de Estado.

Uma das opções aventadas é que o investimento para aquisição dos cochos possa contar com apoio de recursos do Fundoleite. O fundo, cujas verbas estão paradas no Tesouro do Estado, foi criado exatamente para financiar projetos de pesquisa e fomento ao setor lácteo. “Já somos referência no controle de brucelose e tuberculose. Agora, precisamos avançar para o controle de emissões de forma alinhada com os compromissos ambientais assumidos”, completou Palharini.

Veículo: PecSite

Link: <https://www.pecsite.com.br/sindilat-secretaria-da-agricultura-e-setor-produtivo-alinham-apoio-a-pesquisa-de-emissoes/>

Data: 05/05/2023

Página: Notícias

SINDILAT: Secretaria da Agricultura e setor produtivo alinham apoio à pesquisa de emissões

📅 5 maio, 2023 | Campinas, SP, | -Sustentabilidade

Sindilat integra o grupo que busca uma parceria com o governo do Estado e o Ministério da Agricultura.

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação estuda a formatação de um acordo de estímulo à redução das emissões de gases do efeito estufa na pecuária gaúcha. A iniciativa, que já conta com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, está sendo costurada junto à Embrapa Pecuária Sul e conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Associação Brasileira de Angus. Os encaminhamentos foram tratados em reunião conduzida pelo secretário adjunto, Márcio Madalena, na manhã desta quinta-feira (4/5), e que contou com participação do chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul, Fernando Cardoso, do secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, da presidente da Associação Brasileira de Angus, Mariana Tellechea, e do gerente de Fomento da entidade, Mateus Pivato.

Segundo Madalena, o governo tem total interesse em ações focadas na redução das emissões ou que permitam um balanço favorável de carbono. "Precisamos mostrar o que já estamos fazendo em relação à mitigação das emissões do agronegócio. O próprio incremento genético dos rebanhos tem que entrar nessa narrativa porque faz com que o animal fique pronto para produção antes e isso reduz as emissões", pontuou o secretário adjunto.

Uma das primeiras entidades a levar o tema ao governo ainda na gestão anterior de Eduardo Leite, o Sindilat integra o grupo que busca uma parceria com o governo do Estado e o Ministério da Agricultura para viabilizar a compra de quatro cochos capazes de aferir as emissões de metano de bovinos a campo. A tecnologia, explica Cardoso, precisa ser importada, mas aumentaria consideravelmente a escala dos testes em rebanhos de corte e leite. "Os cochos de medição devem ajudar o Rio Grande do Sul a posicionar-se na linha de frente dos estudos de emissões no Brasil. É um projeto de grande interesse do setor lácteo porque representa um ganho e um diferencial produtivo", completou Palharini, convicto que o assunto deve ser tratado como política de Estado.

Uma das opções aventadas é que o investimento para aquisição dos cochos possa contar com apoio de recursos do Fundoleite. O fundo, cujas verbas estão paradas no Tesouro do Estado, foi criado exatamente para financiar projetos de pesquisa e fomento ao setor lácteo. "Já somos referência no controle de brucelose e tuberculose. Agora, precisamos avançar para o controle de emissões de forma alinhada com os compromissos ambientais assumidos", completou Palharini.

Veículo: Jornal Dia a Dia

Link: <https://jornaldiadia.com.br/secretaria-da-agricultura-e-setor-produtivo-alinham-apoio-a-pesquisa-de-emissoes-de-carbono/>

Data: 05/05/2023

Página: Notícias



Secretaria da Agricultura e setor produtivo alinham apoio à pesquisa de emissões de carbono

5 de maio de 2023



Por RAY SANTOS

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação estuda a formatação de um acordo de estímulo à redução das emissões na pecuária gaúcha.

A iniciativa, que já conta com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, está sendo costurada junto à Embrapa Pecuária Sul e conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Associação Brasileira de Angus.

Os encaminhamentos foram tratados em reunião conduzida pelo secretário adjunto, Márcio Madalena, na manhã desta quinta-feira (4/5), e que contou com participação do chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul, Fernando Cardoso, do secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, da presidente da Associação Brasileira de Angus, Mariana Tellechea, e do gerente de Fomento da entidade, Mateus Pivato.

Segundo Madalena, o governo tem total interesse em ações focadas na redução das emissões ou que permitam um balanço favorável de gases do efeito estufa.

"Precisamos mostrar o que já estamos fazendo em relação à mitigação das emissões do agronegócio. O próprio incremento genético dos rebanhos tem que entrar nessa narrativa porque faz com que o animal fique pronto para produção antes e isso reduz as emissões", pontuou o secretário adjunto.

Uma das primeiras entidades a levar o tema ao governo ainda na gestão anterior de Eduardo Leite, o Sindilat integra o grupo que busca uma parceria com o governo do Estado e o Ministério da Agricultura para viabilizar a compra de quatro cochos capazes de aferir as emissões de metano de bovinos a campo.

A tecnologia, explica Cardoso, precisa ser importada, mas aumentaria consideravelmente a escala dos testes em rebanhos de corte e leite.

"Os cochos de medição devem ajudar o Rio Grande do Sul a posicionar-se na linha de frente dos estudos de emissões no Brasil. É um projeto de grande interesse do setor lácteo porque representa um ganho e um diferencial produtivo", completou Palharini, convicto que o assunto deve ser tratado como política de Estado.

Uma das opções aventadas é que o investimento para aquisição dos cochos possa contar com apoio de recursos do Fundoleite. O fundo, cujas verbas estão paradas no Tesouro do Estado, foi criado exatamente para financiar projetos de pesquisa e fomento ao setor lácteo.

"Já somos referência no controle de brucelose e tuberculose. Agora, precisamos avançar para o controle de emissões de forma alinhada com os compromissos ambientais assumidos", completou Palharini.

Foto: *Carolina Jardine*

Jardine Agência Com.,

Veículo: GaúchaZH

Link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2023/05/leite-compensado-10-anos-depois-cadeia-produtiva-passou-por-transformacao-apos-denuncias-de-fraudes-clhb2wltg005u016xswjyua8c.html>

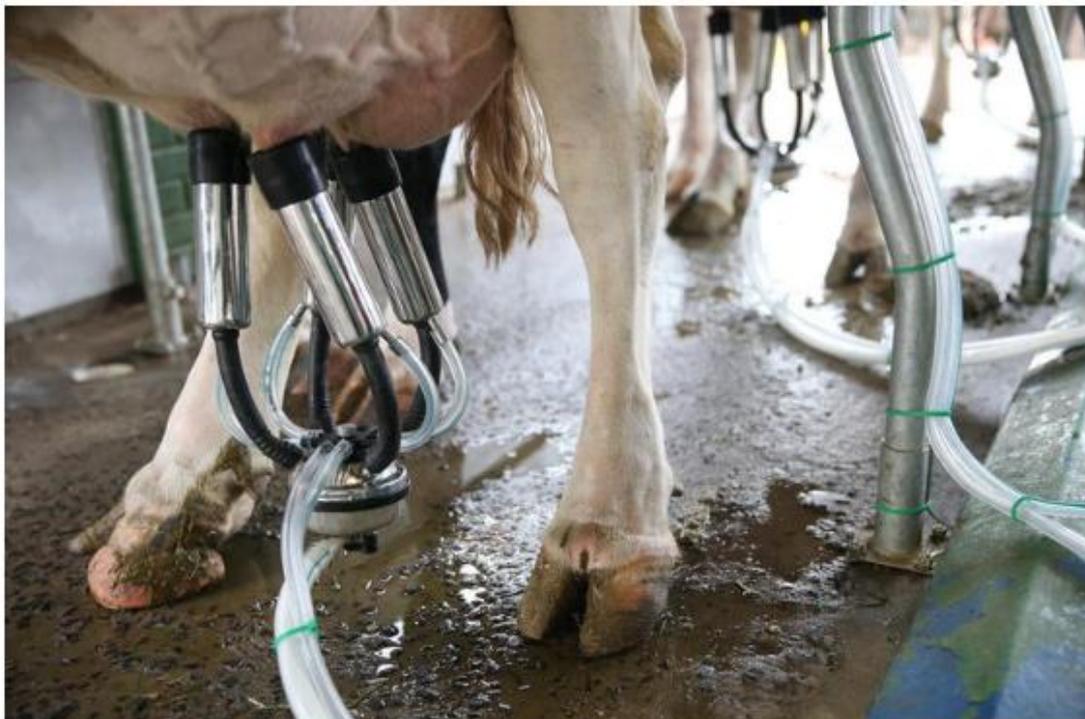
Data: 08/05/2023

Página: Notícias

Leite Compen\$ado 10 anos depois: cadeia produtiva passou por transformação após denúncias de fraudes

Para indústria e órgãos fiscalizadores, adequação de normas ajudou a estabelecer a qualidade da produção

BRUNA OLIVEIRA E CID MARTINS



Evolução tecnológica permitiu que o segmento desse um salto de qualidade na última década

Bruno Alencastro / Agência RBS

Passada uma década desde que a [Operação Leite CompenSado](#) chacoalhou o setor produtivo de leite e estremeceu a confiança dos consumidores, a avaliação é de que as normativas que se impuseram a partir do episódio [melhoraram a qualidade da produção](#). O desfecho, portanto, resultou em saldo positivo tanto para a [indústria](#), com a possibilidade de novos mercados, quanto para o consumidor, com a melhora do leite disponível na prateleira.

Darlan Palharini, secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat), destaca que importantes marcos regulatórios foram estabelecidos a partir da operação. A repercussão nacional do caso fez com que o Ministério da Agricultura ([Mapa](#)) e as secretarias estaduais ajustassem a legislação vigente até aquele momento e inserissem normas mais específicas.

Palharini cita alguns avanços, entre eles a entrada em vigor das [instruções normativas 76 e 77](#), que estabeleceram regras para as etapas de produção do leite nas propriedades atendendo a requisitos de temperatura mínima e conservação, por exemplo. Outro avanço é que as regras de qualidade do leite foram unificadas para todo o Brasil, situação que até 2017 abria espaço para classificações regionais distintas no país.

Especificamente no Rio Grande do Sul, a criação da chamada Lei do Leite foi outro marco. A legislação aprimorou regras desde a certificação dos motoristas que transportam o leite coletado nas propriedades até a inspeção dos caminhões e a identificação dos tanques de coleta do produto.

— Com isso, o leite do Rio Grande do Sul é considerado o mais fiscalizado do Brasil. Temos, hoje, três laboratórios de análise de leite. Nenhum outro Estado tem essa quantidade de laboratórios. Toda a matéria-prima que entra para a indústria é analisada caminhão por caminhão, e em cada produtor é feita uma análise mensal da matéria-prima —

afirma o dirigente do Sindilat.

— Hoje em dia, são raras as detecções de fraude de leite no Estado. A parceria entre o **MP (Ministério Público)** e o Ministério da Agricultura continua ativa e a experiência dessas operações aprimorou a nossa atividade de fiscalização. Tivemos uma alteração normativa, as legislações foram aprimoradas, dando **ferramentas para a inspeção e a fiscalização** tomarem ações mais assertivas — acrescenta a diretora do departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Mapa, Ana Lúcia Viana.

Para o pesquisador e professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (**UFRGS**), Paulo Waquil, o principal efeito da Leite CompenSado foi a garantia da qualidade “do caminho do meio” em diante, ou seja, do transporte até o consumidor final. Isso porque, explica Waquil, as adequações nas propriedades rurais já vinham ocorrendo desde décadas anteriores. As mudanças foram motivadas tanto por evolução tecnológica quanto por questões comerciais a partir da formação do **Mercosul**:

— A partir dos anos 1990, com a abertura comercial e a entrada de leite importado, a indústria começou a pressionar os produtores locais em torno da qualidade. Muitos produtores passaram a investir em ordenha mecanizada, em tanques de resfriamento do leite, e a qualidade do produto passou a melhorar em nível de propriedade. O problema é que esta melhoria da qualidade na produção acabou sendo razão para problemas que surgiram depois da porteira, no transporte e nos postos de resfriamento. Os produtores vinham entregando produto com maior escala e melhor qualidade, mas a adulteração passou a ocorrer no meio do caminho — lembra Waquil.



Produtores investiram em qualidade desde os anos 1990, mas fraude ocorria principalmente no transporte

Daqui para frente / Agência DDC

As adequações permitiram ao Rio Grande do Sul alcançar novos mercados e fornecer produtos para locais mais distantes em função de melhorias em tecnologia e transporte. O mesmo vale para o comércio internacional. Embora a exportação de leite fluido pelo Brasil seja pequena, as adequações favoreceram os derivados do leite, como leite em pó, manteiga, cremes e queijos, que são **produtos com maior valor agregado** e que atingem mercados mais distantes.

— A necessidade de garantia da qualidade é uma demanda cada vez maior da sociedade. O próprio setor quer aumento do consumo para garantir a atividade, mas o consumo só responde se a qualidade do produto atende às suas expectativas — pontua o professor da UFRGS.

Mudanças necessárias para a garantia da qualidade

Mesmo que impliquem custos mais elevados à cadeia, principalmente com transporte, as mudanças a partir da Operação Leite Compençado são necessárias para que se tenha a garantia da qualidade do alimento e se reduzam as perdas em produto.

Em termos de fiscalização efetiva, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA Sindical) avalia que a experiência adquirida com as operações aprimorou as atividades de fiscalização desenvolvidas pelos fiscais. Antonio Andrade, diretor de comunicação da entidade, cita que as denúncias de fraudes e a detecção de irregularidades em leite cru diminuíram no Estado desde as operações, e que atualmente a situação é considerada controlada.

O próprio setor quer aumento do consumo para garantir a atividade, mas o consumo só responde se a qualidade do produto atende às suas expectativas

PAULO WAQUIL

Professor da UFRGS

Os promotores responsáveis pelas 12 fases da Operação Leite Compençado concordam que as investigações, com as respectivas denúncias e condenações, beneficiaram o setor aqui e em outros Estados.

O promotor Mauro Rockenbach, da Promotoria Especializada Criminal de Porto Alegre, diz que um conjunto de variáveis **mudou uma cultura criminosa** que existia do produtor, passando pelo transportador, até a indústria. Segundo ele, a repressão puniu e erradicou os fraudadores, permitindo uma fiscalização mais eficaz e uma legislação não só adequada, mas rigorosa. Para Rockenbach, a figura do fiscal passou a ser sinônimo de reconhecimento e atividade frequente em toda a atividade leiteira.

Já o promotor Alcindo Bastos da Silva Filho, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) — Segurança Alimentar, ressalta que, ainda durante os primeiros anos das operações, houve **concursos públicos para fiscais desse setor** em âmbito federal e estadual. Ele diz que foi visível a conscientização de todos os envolvidos na produção em busca da qualidade e não apenas da quantidade.

Ambos os promotores destacam que a cadeia produtiva leiteira gaúcha está mais confiável, lembrando que, desde 2017, somente duas novas denúncias surgiram, mas apenas sobre pequena adição de água no leite, não gerando inquéritos, somente notificações e sem riscos à saúde. O alerta continua e toda nova denúncia será investigada, garantem Rockenbach e Silva Filho.

As 12 fases da Operação Leite CompenSado

Operação Leite CompenSado 1 — Maio de 2013 — Para mascarar a adição de água durante o caminho entre o produtor e a indústria, transportadores adicionavam ureia — que contém formol — com o objetivo de obter maior lucro. Cerca de cem toneladas de ureia — apreendidas na ação realizada no Norte, Noroeste e Serra — foram adquiridas pelos envolvidos para utilização na prática criminosa. Autoridades cumpriram 10 mandados de prisão e oito de busca e apreensão.

Operação Leite CompenSado 2 — Maio de 2013 — Cinco mandados de prisão preventiva foram cumpridos em Rondinha — com três presos — e Boa Vista do Buricá, no Norte, e em Horizontina, no Noroeste, com a prisão de Larri Lauri Jappe, então vereador do PDT e empresário do setor de transporte de leite cru. Foi encontrada até uma fórmula para adulteração do leite em Boa Vista do Buricá.

Operação Leite CompenSado 3 — Novembro de 2013 — Preso um transportador e detectada a presença de água oxigenada no leite. Ação em Três de Maio, no Noroeste.

Operação Leite CompenSado 4 — Março de 2014 — Ação em oito cidades com a prisão de um empresário em Condor, no Norte. Com ele, foi apreendida mais de meia tonelada de soda cáustica. Ações em Bossoroca e Vitória das Missões, nas Missões, Santo Augusto, no Norte, Ijuí e Panambi, no Noroeste, Tupanciretã e Capão do Cipó, na Região Central.

Operação Leite CompenSado 5 — Maio de 2014 — Foram cumpridos três mandados de prisão em 10 cidades do Vale do Taquari e Vale do Sinos, em especial Imigrante e Paverama, sede das indústrias de laticínios Hollmann e Pavlat. Foram presos os proprietários das duas empresas. Eles foram investigados por dar ordens para adição de soda cáustica, bicarbonato de sódio e água oxigenada no leite. Também houve ações em Teutônia, Arroio do Meio, Encantado, Venâncio Aires, Marques de Souza, Travesseiro, Novo Hamburgo e Cruzeiro do Sul.

Operação Leite CompenSado 6 — Junho de 2014 — Fraude do leite com ramificação no Paraná e quatro presos. A operação ocorreu nas cidades paranaenses de Londrina e Pato Branco e nos municípios gaúchos de Ijuí, Taquaruçu do Sul, Ibirubá, Campina das Missões, Alegria, Boa Vista do Buricá, Crissiumal, São Valério do Sul, São Martinho, Cruz Alta e Coronel Barros.

Operação Leite CompenSado 7 — Dezembro de 2014 — Posto de resfriamento é interditado em Jacutinga, no norte gaúcho, e outro fica em regime de fiscalização. Havia adição de sal no leite adulterado com água. Foram cumpridos 17 mandados de prisão e outros 17 de busca e apreensão em seis municípios gaúchos: Erechim, Jacutinga, Maximiliano de Almeida, Gaurama, Viadutos e Machadinho, todos no Norte.

Operação Leite CompenSado 8 — Maio de 2015 — Oito prisões e produtos químicos apreendidos no norte do Estado. Áudios revelam tentativa de repassar leite com larvas. Suspeitos eram donos de transportadora e motoristas. Havia adição de ureia, álcool e soda cáustica.

Operação Leite CompenSado 9 — Setembro de 2015 — Leite azedo era vendido como saudável. Houve quatro prisões nos municípios de Esmeralda, na Serra, e Água Santa, no Norte.



Operação do Ministério Público e do Mapa teve 12 etapas entre 2013 e 2017
Charles Dias / Especial

Operação Leite Compensado 10 — Outubro de 2015 — Donos de fábrica presos por adulteração do leite. A ação ocorreu de forma simultânea com a Operação Queijo Compensado 2. Os municípios onde ocorreu o cumprimento de ordens judiciais foram Venâncio Aires, Lajeado, Mato Leitão, Arroio do Meio, Montenegro e Carlos Barbosa.

Operação Leite Compensado 11 — Julho de 2016 — Resultados positivos para a presença de coliformes fecais, água oxigenada e amido. A ação foi junto com a Operação Queijo Compensado 4. Cinco prisões e ações em São Pedro da Serra e Caxias do Sul, na Serra, em Estrela, no Vale do Taquari, além de Novo Hamburgo, no Vale do Sinos.

Operação Leite Compensado 12 — Março de 2017 — Nova Araçá, na Serra, Casca e Marau, no Norte, Estrela e Travesseiro, no Vale do Taquari. Houve cinco prisões e quatro mandados de busca cumpridos em três laticínios. Áudios dos suspeitos, em tom de deboche, revelaram que carregamentos de leite só poderiam ter como destino a alimentação de animais.

Operações "Queijo Compensado"

Operação Queijo Compensado 1 — Junho de 2015 — Foi encontrado queijo com farinha e feito com leite rejeitado das indústrias. Houve três prisões com ações em Três de Maio, no Noroeste, e Ivoti, no Vale do Sinos.

Operação Queijo Compensado 2 — Outubro de 2015 — Ação foi junto com a Operação Leite Compensado 10 e ocorreu nas seguintes cidades: Lajeado e Arroio do Meio, no Vale do Taquari, Venâncio Aires e Mato Leitão, no Vale do Rio Pardo, Montenegro, no Vale do Caí, e Carlos Barbosa, na Serra. Duas pessoas foram presas.

Operação Queijo Compensado 3 — Junho de 2016 — Empresários recolocavam no mercado queijos estragados, mofados e com data de validade vencida, contendo, inclusive, coliformes fecais. Ações em Porto Alegre e outras seis cidades da Região Metropolitana, Norte, Noroeste e Serra. Houve sete prisões.

Operação Queijo Compensado 4 — Julho de 2016 — Resultados positivos para a presença de coliformes fecais, água oxigenada e amido. A ação foi junto com a Operação Leite Compensado 11. Cinco prisões e ações em São Pedro da Serra e Caxias do Sul, na Serra, em Estrela, no Vale do Taquari, além de Novo Hamburgo, no Vale do Sinos.

Veículo: G1

Link: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/05/08/operacao-leite-compensado-deixou-legado-de-seguranca-para-consumidores-no-rs-afirma-mp.ghtml>

Data: 08/05/2023

Página: Notícias

Operação Leite Compensado deixou legado de segurança para consumidores no RS, afirma MP

Entre 2013 e 2017, foram realizadas 12 fases da operação. Ao todo, foram 82 prisões em 85 municípios do RS. Legislação estadual regulamentou o setor de transporte e fixou regras de fiscalização nas etapas da cadeia produtiva.

Por g1 RS

08/05/2023 21h18 · Atualizado há 9 horas



Operação Leite Compensado deixou legado de segurança para o consumidor

A **fiscalização constante** e a **legislação mais rigorosa** que resultaram da **Operação Leite Compensado** – que investigava a adição de água e ureia na bebida, a fim de aumentar o volume do produto – foram fundamentais para reforçar a segurança para os consumidores e a cadeia produtiva do leite, segundo o Ministério Público (MP).

Desde 2013, quando a primeira etapa da fiscalização teve início, já foram devolvidos ao Rio Grande do Sul cerca de **R\$ 12 milhões** em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

"Hoje nós consumimos leite, produtos lácteos com muito prazer. Hoje nós temos segurança de que o produto que está indo para o consumidor é um produto de qualidade. Aqueles indivíduos inescrupulosos que usaram desse método para lucrar às custas da saúde da população foram defenestrados da cadeia produtiva do leite", afirma o promotor Mauro Rockenbach, que atuou no caso.



Operação Leite Compensado deixou legado de segurança para consumidores no RS — Foto: Reprodução/RBS TV

Entre 2013 e 2017, foram realizadas **12 fases da operação**. Ao todo, foram 82 prisões em 85 municípios do RS.

O MP identificou **275 pessoas envolvidas nas irregularidades**. Até agora, 25 já foram condenadas e 27, absolvidas. Os demais 223 réus aguardam julgamento.

Segundo o MP, existiam duas formas de adulteração do leite, **uma para melhorar a qualidade da bebida estragada e outra para aumentar o volume da carga, com adição de água**.

- **Fraude de qualidade:** adição de água oxigenada para equilibrar acidez de leite envelhecido
- **Fraude fiscal:** adição de água, para aumentar volume, e de ureia, para mascarar adulteração

Depois do impacto que a operação teve no mercado, o empresário Roberto de Oliveira investiu quase R\$ 300 mil para adequar a indústria familiar.

"Ele vai automático para dentro de um resfriador de leite, sem contato manual nenhum. Logo após, são feitas análises, para comprovar a qualidade e a idoneidade do produto. Ele segue para o pasteurizador, é embalado e vai para uma câmara fria. Após isso, segue em um caminhão refrigerado, até chegar no mercado para o consumidor", detalha Roberto.

Depois da Leite Compensado, uma legislação estadual regulamentou o setor de transporte e fixou regras de fiscalização nas etapas da cadeia produtiva.

"A legislação também disciplinou a qualidade desse leite que sai da propriedade rural e também para que a gente tenha esse reconhecimento de que o leite gaúcho é o mais fiscalizado", avalia o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini.

Veículo: Ministério Público do Rio Grande do Sul

Link: <https://www.mprs.mp.br/noticias/56528/>

Data: 08/05/2023

Página: Notícias

10 ANOS DA OPERAÇÃO LEITE COMPEN\$ADO: CADEIA PRODUTIVA DO LEITE SE TRANSFORMOU APÓS INVESTIGAÇÕES CONTRA FRAUDE

08/05/2023 13:40 ceidelwein

MPRS | Consumidor
**OPERAÇÃO LEITE
COMPEN\$ADO – 10 ANOS**



Completados 10 anos da primeira fase da Operação Leite Compen\$ado, o Ministério Público do Rio Grande do Sul denunciou 275 e conta com R\$ 12 milhões já pagos por indústrias e postos de resfriamento de leite através de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados junto à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e revertidos em bens, como viaturas e equipamentos de fiscalização. Como resultado da atuação do MPRS no combate às fraudes na cadeia leiteira do Estado, em 2016, entrou em vigor a Lei do Leite (Lei 14.835), que amplia as ações de rastreabilidade do produto, considerado um dos principais problemas que facilitavam a fraude no produto.

Para os promotores de Justiça responsáveis pelas 12 fases da Operação Leite Compen\$ado, Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) – Segurança Alimentar, e Mauro Rockenbach, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, as investigações, denúncias e condenações, beneficiaram o setor e os consumidores.

Conforme o coordenador do Gaeco – Segurança Alimentar, o papel do fiscal foi e é importante para a conjunção de esforços entre MPRS e demais órgãos fiscalizadores. “Quem ganha com a conscientização da indústria e de todos os envolvidos na cadeia leiteira do Estado, que buscam qualidade em seus produtos e não apenas a quantidade – como era antes da operação –, é o consumidor”, salienta Alcindo Bastos.

Rockenbach destaca que as operações resultaram em uma mudança de cultura, desde o produtor até a indústria. “A partir da Leite Compen\$ado, os fraudadores foram punidos”, afirma. Os promotores ressaltaram ainda que, desde 2017, ano em que a última fase da operação foi deflagrada, surgiram apenas duas denúncias de adição de água no leite. “Toda nova denúncia será investigada com o devido rigor”, advertem.

OPERAÇÃO LEITE COMPENSADO

Entre maio de 2013 e março de 2017, o MPRS e os agentes do Ministério da Agricultura de Porto Alegre (Mapa) realizaram 12 fases da Leite CompenSado e, como desdobramento, quatro da Queijo CompenSado.

Em 2013, a Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre recebeu do Mapa um pote contendo a fórmula utilizada para aplicar ureia no leite a fim de mascarar a adição de água, ação que foi constatada nas investigações, em especial nas fases 1 e 2. Nas fases posteriores, o que se apurou foi a coleta de leite já em estágio de decomposição, para o barateamento do custo do produto final. Para recuperar o leite estragado, eram adicionadas substâncias como peróxido de hidrogênio e soda cáustica.

OPERAÇÃO LEITE COMPENSADO

1ª fase realizada em 08/05/2013



Veículo: Clic Camaqua

Link: <https://www.cliccamaqua.com.br/noticias/policia/operacao-leite-compenado-10-anos-depois-linha-produtiva-passou-por-transformacao-apos-fraudes/>

Data: 08/05/2023

Página: Notícias

Operação Leite Compen\$ado 10 anos depois: linha produtiva passou por transformação após fraudes

Para órgãos fiscalizadores, a adequação de normas estabeleceu a qualidade de mercado.

MPRS | Consumidor
**OPERAÇÃO LEITE
COMPEN\$ADO – 10 ANOS**



Foto: Divulgação/MPRS

Após 10 anos da primeira fase da Operação Leite Compen\$ado, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) conta com R\$ 12 milhões já pagos por indústrias e postos de resfriamento de leite através de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados junto à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e revertidos em bens, como viaturas e equipamentos de fiscalização.

Como resultado da atuação do MPRS no combate às fraudes em 2016, entrou em vigor a Lei do Leite (Lei 14.835), que amplia as ações.

Para os promotores de Justiça responsáveis pelas 12 fases da operação, as investigações beneficiaram o setor e os consumidores.

Conforme Alcindo Bastos, coordenador do Gaeco, o papel do fiscal foi e é importante para a conjunção de esforços entre órgãos fiscalizadores:



“Quem ganha com a conscientização da indústria e de todos os envolvidos na cadeia leiteira do Estado, que buscam qualidade em seus produtos e não apenas a quantidade – como era antes da operação –, é o consumidor”, salienta.



OPERAÇÃO LEITE COMPEN\$ADO

Entre 2013 e 2017, o MPRS realizou 12 fases da Leite Compen\$ado e, como desdobramento, quatro da Queijo Compen\$ado.

Em 2013, a Promotoria de Justiça recebeu a fórmula utilizada para aplicar ureia no leite, que foi constatada nas investigações.

Nas fases posteriores, o que se apurou foi a coleta de leite já em estágio de decomposição, para o barateamento do custo do produto final.

Para recuperar o leite estragado, eram adicionadas substâncias como peróxido de hidrogênio e soda cáustica.

Fonte: MPRS

Veículo: Edairy News

Link: <https://edairynews.com/br/secretaria-agricultura-apoio-a-pesquisa-emissoes/>

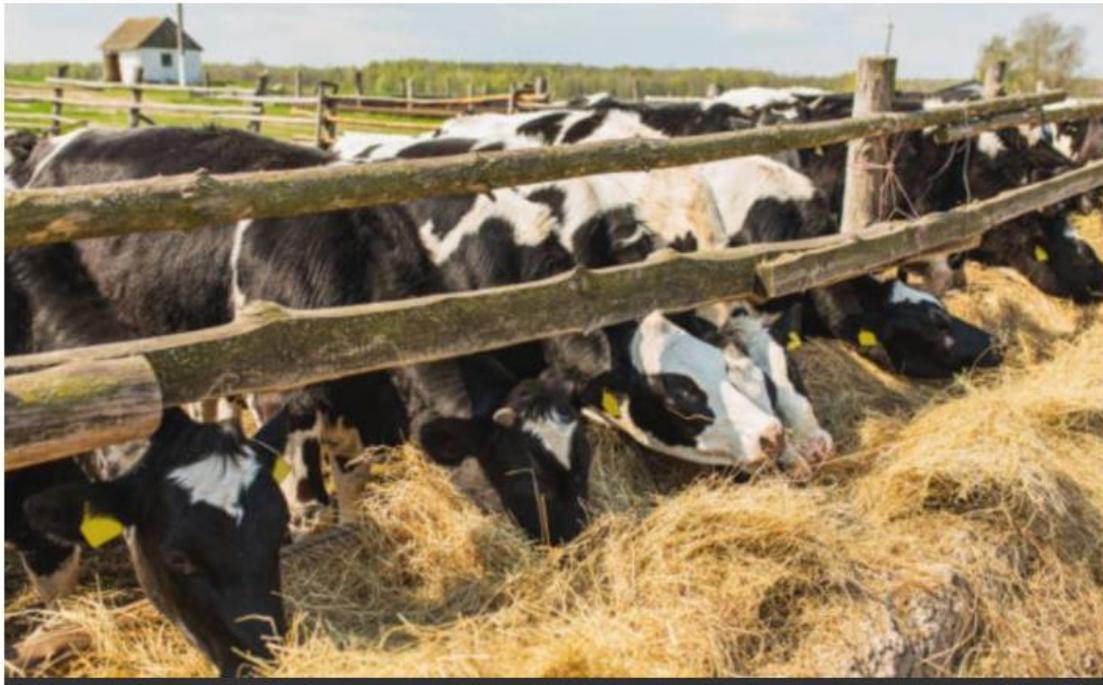
Data: 08/05/2023

Página: Notícias

São Paulo | MAY 8, 2023

SINDILAT | SECRETARIA DA AGRICULTURA E SETOR PRODUTIVO ALINHAM APOIO À PESQUISA DE EMISSÕES

A iniciativa, que já conta com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, está sendo costurada junto à Embrapa Pecuária Sul e conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Associação Brasileira de Angus.



Publicado por: Valeria Hamann

Fuente: NOTICIAS AGRICOLAS, NOTICIAS AGRICOLAS, NOTICIAS AGRICOLAS

A Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação estuda a formatação de um acordo de estímulo à redução das emissões de gases do efeito estufa na pecuária gaúcha.

A iniciativa, que já conta com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente, está sendo costurada junto à Embrapa Pecuária Sul e conta com o apoio do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat) e da Associação Brasileira de Angus.

Os encaminhamentos foram tratados em reunião conduzida pelo secretário adjunto, Márcio Madalena, na manhã desta quinta-feira (4/5), e que contou com participação do chefe-geral da Embrapa Pecuária Sul, Fernando Cardoso, do secretário-executivo do Sindilat, Darlan Palharini, da presidente da Associação Brasileira de Angus, Mariana Tellechea, e do gerente de Fomento da entidade, Mateus Pivato.

Segundo Madalena, o governo tem total interesse em ações focadas na redução das emissões ou que permitam um balanço favorável de carbono. "Precisamos mostrar o que já estamos fazendo em relação à mitigação das emissões do agronegócio. O próprio incremento genético dos rebanhos tem que entrar nessa narrativa porque faz com que o animal fique pronto para produção antes e isso reduz as emissões", pontuou o secretário adjunto.

Uma das primeiras entidades a levar o tema ao governo ainda na gestão anterior de Eduardo Leite, o Sindilat integra o grupo que busca uma parceria com o governo do Estado e o Ministério da Agricultura para viabilizar a compra de quatro cochos capazes de aferir as emissões de metano de bovinos a campo.

A tecnologia, explica Cardoso, precisa ser importada, mas aumentaria consideravelmente a escala dos testes em rebanhos de corte e leite. "Os cochos de medição devem ajudar o Rio Grande do Sul a posicionar-se na linha de frente dos estudos de emissões no Brasil. É um projeto de grande interesse do setor lácteo porque representa um ganho e um diferencial produtivo", completou Palharini, convicto que o assunto deve ser tratado como política de Estado.

Uma das opções aventadas é que o investimento para aquisição dos cochos possa contar com apoio de recursos do Fundoleite. O fundo, cujas verbas estão paradas no Tesouro do Estado, foi criado exatamente para financiar projetos de pesquisa e fomento ao setor lácteo.

"Já somos referência no controle de brucelose e tuberculose. Agora, precisamos avançar para o controle de emissões de forma alinhada com os compromissos ambientais assumidos", completou Palharini.

Veículo: Jornal Floripa

Link: <https://jornalfloripa.com.br/pagina/53935>

Data: 08/05/2023

Página: Notícias

Operação Leite Compensado deixou legado de segurança para consumidores no RS, afirma MP

maio 9, 2023 - 12:30 am



Entre 2013 e 2017, foram realizadas 12 fases da operação. Ao todo, foram 82 prisões em 85 municípios do RS. Legislação estadual regulamentou o setor de transporte e fixou regras de fiscalização nas etapas da cadeia produtiva. Operação Leite Compensado deixou legado de segurança para o consumidor

A fiscalização constante e a legislação mais rigorosa que resultaram da Operação Leite Compensado – que investigava a adição de água e ureia na bebida, a fim de aumentar o volume do produto – foram fundamentais para reforçar a segurança para os consumidores e a cadeia produtiva do leite, segundo o Ministério Público (MP).

Como operação descobriu adulteração no leite há 10 anos

Desde 2013, quando a primeira etapa da fiscalização teve início, já foram devolvidos ao Rio Grande do Sul cerca de R\$ 12 milhões em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

"Hoje nós consumimos leite, produtos lácteos com muito prazer. Hoje nós temos segurança de que o produto que está indo para o consumidor é um produto de qualidade. Aqueles indivíduos inescrupulosos que usaram desse método para lucrar às custas da saúde da população foram defenestrados da cadeia produtiva do leite", afirma o promotor Mauro Rockenbach, que atuou no caso.

Operação Leite Compensado deixou legado de segurança para consumidores no RS

Reprodução/RBS TV

Entre 2013 e 2017, foram realizadas 12 fases da operação. Ao todo, foram 82 prisões em 85 municípios do RS.

O MP identificou 275 pessoas envolvidas nas irregularidades. Até agora, 25 já foram condenadas e 27, absolvidas. Os demais 223 réus aguardam julgamento.

Segundo o MP, existiam duas formas de adulteração do leite, uma para melhorar a qualidade da bebida estragada e outra para aumentar o volume da carga, com adição de água.

Fraude de qualidade: adição de água oxigenada para equilibrar acidez de leite envelhecido

Fraude fiscal: adição de água, para aumentar volume, e de ureia, para mascarar adulteração

Depois do impacto que a operação teve no mercado, o empresário Roberto de Oliveira investiu quase R\$ 300 mil para adequar a indústria familiar.

"Ele vai automático para dentro de um resfriador de leite, sem contato manual nenhum. Logo após, são feitas análises, para comprovar a qualidade e a idoneidade do produto. Ele segue para o pasteurizador, é embalado e vai para uma câmara fria. Após isso, segue em um caminhão refrigerado, até chegar no mercado para o consumidor", detalha Roberto.

Depois da Leite Compensado, uma legislação estadual regulamentou o setor de transporte e fixou regras de fiscalização nas etapas da cadeia produtiva.

"A legislação também disciplinou a qualidade desse leite que sai da propriedade rural e também para que a gente tenha esse reconhecimento de que o leite gaúcho é o mais fiscalizado", avalia o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini.

VÍDEOS: Tudo sobre o RS

Veículo: Leouve

Link: <https://leouve.com.br/ultimas/10-anos-da-operacao-leite-compenado-cadeia-produtiva-se-transformou-apos-investigacoes-contrafraude-no-rs>

Data: 09/05/2023

Página: Notícias

10 anos da Operação Leite Compen\$ado: cadeia produtiva se transformou após investigações contra fraude no RS

Ação totaliza 275 denúncias e arrecadação de R\$ 12 milhões, pagos por indústrias através de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)



Foto: Marjulié Martini / CP Memória/divulgação

Completados 10 anos da primeira fase da Operação Leite Compen\$ado, o **Ministério Público do Rio Grande do Sul** totaliza 275 denúncias e arrecadação de R\$ 12 milhões, pagos por indústrias e postos de resfriamento de leite através de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e revertidos em bens como viaturas e equipamentos de fiscalização.

Como resultado da atuação do MPRS no combate às adulterações na cadeia leiteira do Estado, em 2016, entrou em vigor a Lei do Leite (Lei 14.835), que amplia as ações de rastreabilidade do produto, considerado um dos pontos frágeis para fraude do produto.

Conforme o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) – Segurança Alimentar, Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, o papel do fiscal foi e é importante para a conjunção de esforços entre MPRS e demais órgãos fiscalizadores. “Quem ganha com a conscientização da indústria e de todos os envolvidos na cadeia leiteira do Estado, que buscam qualidade em seus produtos e não apenas a quantidade – como era antes da operação –, é o consumidor”, salienta.

Mauro Rockenbach, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, destaca que as operações resultaram em uma mudança de cultura, desde o produtor até a indústria. “A partir da Leite Compen\$ado, os fraudadores foram punidos”, afirma.

Os promotores, responsáveis pelas 12 fases da operação, ressaltaram ainda que, desde 2017, ano em que a última fase da operação foi deflagrada, surgiram apenas duas denúncias de adição de água no leite. “Toda nova denúncia será investigada com o devido rigor”, advertem.

Operação Leite Compen\$ado

Entre maio de 2013 e março de 2017, o MPRS e os agentes do Ministério da Agricultura de Porto Alegre (Mapa) realizaram 12 fases da Leite Compen\$ado e, como desdobramento, quatro da Queijo Compen\$ado.

Em 2013, a Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre recebeu do Mapa um pote contendo a fórmula utilizada para aplicar ureia no leite a fim de mascarar a adição de água, ação que foi constatada nas investigações, em especial nas fases 1 e 2. Nas fases posteriores, o que se apurou foi a coleta de leite já em estágio de decomposição, para o barateamento do custo do produto final. Para recuperar o leite estragado, eram adicionadas substâncias como peróxido de hidrogênio e soda cáustica.

OPERAÇÃO LEITE COMPENSADO

1ª fase realizada em 08/05/2013



Anos
De 2013 a 2017



Denunciados
275



Fases
12



Condenações
25



Municípios
85



Absoluções
27



Veículos apreendidos
98



Processos ainda em curso
18



Prisões
82



Valores em TACs
Em torno de R\$12 milhões

Veículo: Folha de S. Paulo

Link: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/05/startup-cria-colar-que-traduz-estado-das-vacas-de-leite-para-elevar-produtividade.shtml>

Data: 12/05/2023

Página: Tecnologia

Startup cria colar que 'traduz' estado das vacas de leite para elevar produtividade

Equipamento usa inteligência artificial para acompanhar dados de saúde e período fértil de animais



SANTA CRUZ DO SUL (RS) Coleiras que avisam quando as vacas estão ofegantes ou no cio e registram quantas vezes e por quanto tempo elas comeram são o ponto de partida de uma tecnologia criada para elevar a produção de leite em fazendas no Brasil e outros cinco países.

Criada em 2010 dentro da [Universidade Federal de Santa Maria \(UFSM\)](#), pelos irmãos Leonardo Guedes, 37, engenheiro eletricista, e Thiago Martins, 35, engenheiro mecânico, a startup Cowmed saiu da incubadora e entrou no mercado em 2016. Com sede na cidade gaúcha, a empresa ajuda a monitorar mais de 40 mil animais em 444 fazendas de todas as regiões do país.

"Em [um rebanho](#) com aproximadamente 200 vacas, você não consegue monitorar uma por uma a olho nu. Agora, de manhã cedo, eu já olho os animais que o sistema alertou de um possível comportamento diversificado", diz Marjori Ghellar, 33, que implantou o sistema em sua propriedade para acompanhar [os ciclos reprodutivos](#) dos animais.

Capturadas pelo colar, as informações são enviadas para a nuvem e analisadas pelo VIC (interpretador virtual de vacas, na sigla em inglês), uma ferramenta de [inteligência artificial](#).

"O sistema ajuda a identificar o cio desse animal, ajuda a saber que horas o produtor tem que dar banho nas vacas, porque a coleira sabe os horários que as vacas estão mais ofegantes, se elas estão comendo, e a coleira consegue identificar que horas e o número de vezes que elas comem", diz Guedes.



Vacas leiteiras se alimentam, com colares da Cowmed nos pescoços. Gadget monitora saúde e período fértil dos animais - Divulgação/Cowmed

A utilização dos colares pode aumentar a produtividade de leite de 15% a 20%. Contudo, os resultados dependem da situação sanitária de cada propriedade, conforme um dos fundadores da Cowmed, Leonardo Guedes. "É uma média. Depende muito do desafio de cada fazenda, pois uma fazenda que tem problemas sanitários graves vai ter um impacto muito maior que uma que não tem tantos problemas."

O objetivo do monitoramento é, basicamente, melhorar a qualidade de vida das vacas, fazendo a produtividade crescer. "Costumamos falar que o monitoramento traduz a opinião da vaca. É como se o produtor tivesse um funcionário por vaca relatando tudo que o animal faz. Isso quer dizer que esse mesmo produtor vai perder muito menos vacas porque ele vai saber precocemente que ela vai ficar doente. É uma vaca que muitas vezes poderia ficar pior, não iria dar leite e ele consegue antecipar o tratamento para que essa vaca produza mais", diz Guedes.

Em Tuparendi (RS), na propriedade de Ghellar, o [sistema de monitoramento](#) foi adquirido em 2017, com o objetivo de antecipar problemas antes que eles se traduzam em prejuízo. "Tivemos problemas de tristeza parasitária bovina na fazenda e demorava para detectar a doença. Quando a gente via, já estava bem complexo e acabamos perdendo algumas vacas", conta.

O doutor em produção animal e professor da Faculdade de Agronomia e Zootecnia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Paulo César de Faccio Carvalho, diz que esse tipo de tecnologia integra o que hoje se chama de pecuária de precisão. "Ajudam no objetivo de fazer uma produção animal de excelência e permitem acompanhar os animais de uma forma mais efetiva e com bem mais riqueza de informações dos rebanhos."

Carvalho acredita que o impacto é diferente para a pecuária de leite, a depender da escala e do volume de leite produzido. Assim, a aquisição e a operacionalidade acabam sendo mais difíceis para o pequeno produtor, até por uma questão de preço —cada coleira da Cowmed custa em torno de R\$ 20/mês por animal. "Sempre tem os que conseguem se adaptar muito bem e que já estão usando essa tecnologia. Acredito que são impactos diferentes e que o pequeno produtor pode sentir mais no bolso."

Contudo, o especialista observa que tecnologias como a das coleiras são equipamentos e não o processo de produção. "É importante a boa alimentação, a genética, a sanidade, esses são os processos pelos quais podemos atingir uma produção de alta qualidade."

O secretário executivo do [Sindilat-RS \(Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul\)](#), Darlan Palharini, diz que a tecnologia dos colares é importante para a cadeia produtiva. "Além de verificar o período fértil, um aspecto que auxilia muito é o calórico.

Principalmente aqui na região Sul, que o gado é basicamente europeu, e no verão, quando o animal ultrapassa 37 graus, ele já tem uma perda de produção e de fertilidade. Toda essa carga tecnológica que hoje está sendo disponibilizada na atividade leiteira vem no sentido de ganho de produtividade, mas o principal é conseguir ofertar aos animais um bem-estar."

A Cowmed começou com capital próprio e, em 2016, foi realizado o primeiro investimento pelo Criatec3 do [BNDES](#). Depois, houve uma segunda rodada em 2019 com investidores locais. Por último, em 2022, a empresa fez uma oferta pública de ações via Captable (plataforma de investimentos em startups), onde foram ofertadas ações preferenciais, isto é, qualquer usuário poderia comprar ações sem direito a voto, podendo comprar e vender a qualquer momento na plataforma.

A empresa foi a primeira do Brasil a inaugurar essa fase no país. Essa [última captação](#) foi de aproximadamente R\$ 6 milhões. Os fundadores projetam, agora, aumentar a participação no mercado, chegando a 70 mil animais monitorados até o final deste ano.



Bezerro se alimenta com leite orgânico no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, em Pinhais (PR) Henrique Kugler/Folhapress



Além disso, a tecnologia pode impactar a cadeia como um todo, fazendo com que os benefícios cheguem até o consumidor final. "A partir do momento que tem mais leite no mercado, há uma oferta e demanda mais estável, e o comprador vai pagar um preço cada vez mais justo, é uma cadeia virtuosa", completa o fundador.

Veículo: Jornal do Comércio

Link: <https://www.jornaldocomercio.com/cadernos/empresas-e-negocios/2023/05/1106036-influenza-aviaria-acende-o-alerta-e-sanidade-animal-ganha-reforco-no-rio-grande-do-sul.html>

Data: 14/05/2023

Página: Empresas e Negócios

REPORTAGEM ESPECIAL - Publicada em 14 de Maio de 2023 às 15:00

Influenza aviária acende o alerta e sanidade animal ganha reforço no Rio Grande do Sul



Seapi tem utilizado drones e embarcações para monitorar aves de vida livre
FERNANDO DIAS/SEAPI/JC

Ana Esteves, especial para o JC*

Desde outubro de 2022, o Rio Grande do Sul está em **alerta sobre a possibilidade da chegada da Influenza Aviária** em terras gaúchas. O medo é grande, pois, ao contrário de doenças como a Febre Aftosa, que podem ser controladas por meio de barreiras sanitárias nas fronteiras, a "gripe" das aves voa junto com elas: pode facilmente transpor os limites entre países livres e os acometidos pela enfermidade através de aves migratórias.

A chegada da [Influenza Aviária](#) seria catastrófica, especialmente em um ano em que a **avicultura brasileira vem batendo recordes mensais sucessivos nas exportações de carne de frango**. Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), os maiores volumes já alcançados para determinado mês do ano vêm sendo consecutivamente superados desde janeiro de 2022.

Os números mais recentes são de março e apontam o envio de 484,2 mil toneladas só de produto in natura e perto de **505 mil toneladas quando considerados os industrializados e a carne de frango salgada**.

Até agora, o [trabalho de governo, produtores e indústria tem surtido efeito](#), pois nenhum caso foi registrado, nem em aviários comerciais, ou nos de subsistência e nem mesmo nas aves de vida livre que circulam entre fronteiras. A diretora do Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (DDA/Seapi), Rosane Collares Moraes, destaca que, **ao lado do ente público, produtores e indústria também têm feito sua parte**.



Chegada da Influenza seria catastrófica para as exportações recordes de carne de frango

KLEITTON PAN/SEAPI/DIVULGAÇÃO/JC

"No caso da Influenza, por exemplo, aprendemos muito com a pandemia de Covid-19, o que de certa forma **facilita o entendimento, especialmente dos criadores, da importância de cuidados de higiene, como lavar as mãos, a relevância de observar sinais clínicos nas aves, como dificuldade respiratória, secreção nasal e ocular**", aponta.

Ela acrescenta que a preocupação das pessoas aumenta quando descobrem que a **Influenza Aviária é uma zoonose, ou seja, pode ser transmitida das aves para os humanos**. "A doença viral é altamente contagiosa e afeta aves domésticas e silvestres, podendo atingir também o homem, o que, de certa forma, **faz aumentar o engajamento nos cuidados e identificação da doença**".

A delegada do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários no Rio Grande do Sul (DS-RS Anffa Sindical), Soraya Elias Marredo, diz que a chegada da Influenza na avicultura comercial seria um cenário aterrorizante para o País, com prejuízos muito altos. "Além de perda de empregos, existe ameaça de insegurança alimentar, já que o Brasil responde por pelo menos 30% das exportações mundiais de frango", completa.

O serviço veterinário oficial estabeleceu tolerância zero em relação à Influenza Aviária. "A secretaria tem utilizado drones e embarcações para monitorar aves de vida livre, além de observar as criações avícolas de subsistência, desde os primeiros registros de casos de Influenza Aviária na América do Sul", destaca o chefe da divisão de Defesa Sanitária Animal da Seapi, Fernando Groff. **De janeiro até os primeiros dias de maio, foram realizadas 2.052 ações de vigilância ativa no Estado, com observação de mais de 1,6 milhões de aves. 842 mil aves.**

A ocorrência de uma doença grave e de efeitos devastadores, bem ao lado do Rio Grande do Sul, faz acender o alerta não só do setor avícola, mas também de outras cadeias produtivas em relação a doenças tão graves quanto a Influenza Aviária.

Afinal, como estão as medidas de controle da **Febre Aftosa no gado de corte, da Tuberculose e Brucelose em animais produtores de leite, do Mormo nos equinos, da Peste Suína Clássica e Aujeszky, nos suínos e da Epididimite dos Ovinos**, para citar apenas as mais preocupantes? [Cada elo da cadeia produtiva](#) tem se envolvido no processo para [proteger os rebanhos](#) e, assim, evitar os impactos econômicos e sanitários, caso essas doenças fujam do controle.

Suíno positivo para Aujeszky amedronta produtores de São Gabriel



Foram vistoriadas 150 propriedades de suinocultura para controlar a enfermidade

WENDERSON ARAUJO/TRILUX/CNA/JC

O caso de um suíno positivo para **Doença de Aujeszky**, detectado no final do ano passado em **São Gabriel**, deixou o [setor em alerta máximo](#). "Foi feito saneamento da área, ou seja, um **inquérito epidemiológico de todos suínos existentes nas propriedades rurais no raio de 5 km da propriedade que teve um animal positivo** e resultou que nenhum reagiu positivamente, inclusive há duas semanas, quando os testes foram repetidos", esclarece o presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Suínos (Sips), Rogério Kerber.

Ao todo, 150 propriedades passaram por vistoria e cerca de 650 amostras coletadas, todos os laudos negativos para a enfermidade. Além disso, foi realizado sacrifício sanitário de 46 suínos da propriedade positivada, no próprio estabelecimento de criação. Houve a realização de coleta de tecidos de três suínos sacrificados para pesquisa, com resultado negativo.

Outro grande fantasma, que felizmente não tem assombrado os criadores, é a **Peste Suína Clássica, longe desses pagos desde 2017, quando a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) declarou o Rio Grande do Sul livre da doença**. Mesmo assim, por se tratar de uma enfermidade infectocontagiosa, é preciso se manter sempre vigilante.

"Essa é uma doença que pode causar um dano econômico muito grande, porque ela fecha mercados e exige sacrifício de muitos animais", afirma o presidente da Associação dos Criadores Suínos do Rio Grande do Sul, Valcedir Folador.

Sobre os impactos para a suinocultura com a possível chegada da Influenza Aviária ao Estado, o dirigente diz que existe a chance de [afetar os preços da carne suína, em função de uma maior oferta de carne de frango no mercado interno](#).

"Caso chegue por aqui, a 'gripe' das aves vai impactar a produção avícola comercial, pois gerará restrições de algum mercado na exportação da carne de frango, com suspensão de exportações, gerando um cenário de maior competição entre proteínas. Lembrando que os suínos não são suscetíveis a essa doença".

O mesmo ocorreria frente à eventual ocorrência de focos de Aftosa. **O setor de proteína animal sofreria o impacto, pois o mercado seria inundado por carne de frango e não teria capacidade de absorção de uma produção dessa magnitude**.

Sobre as medidas de controle de enfermidades nos planteis, Folador ressalta que, assim como na medicina humana, na suinocultura os animais são vacinados preventivamente para doenças respiratórias e entéricas, que são as que mais causam problemas nos animais dentro das granjas.

"O setor tem avançado muito nos últimos anos em relação ao controle de doenças e manutenção de um status sanitário elevado, mas é sempre importante estar atento".

Leia mais: [Suinocultores gaúchos estão apreensivos com atual cenário da suinocultura](#)

As granjas têm um **sistema de biossegurança que inclui a proibição de visitas e cercamento, além de quarentena de todo material genético importado**. Kerber destaca também quanto à importância de o setor ficar atento à ocorrência de Peste Suína Africana na República Dominicana e no Haiti. "Está circunscrita àquela área e estão trabalhando para fazer o saneamento dos focos, mas é uma situação que exige cuidados."

Força-tarefa entre indústria e produtores visa conter a Influenza Aviária



Trabalho de forma conjunta tem ganhado força para evitar a entrada da enfermidade em solo gaúcho

EMATER/DIVULGAÇÃO/JC

Uma verdadeira estratégia de guerra tem **mobilizado produtores integrados e indústria avícola gaúcha**. Na mira, a Influenza Aviária que ronda o Estado desde fevereiro deste ano, quando foram detectadas aves positivas para a doença na Argentina e no Uruguai.

O presidente-executivo da Organização Avícola do Rio Grande do Sul (Asgav/Sipargs), José Eduardo dos Santos, afirma que a **probabilidade de a doença chegar existe, especialmente através de parques de aves migratórias e fronteiras**, mas acrescenta que o setor está bem preparado para fazer uma ação rápida de detecção, restringir o local de ocorrência e, dessa forma, não impactar na comercialização da carne de frango e ovos.

"O setor teve que investir em procedimentos de biossegurança para blindar as granjas e evitar ao máximo entrada de outros animais e pessoas contaminadas". **Entre essas medidas, estão: evitar visitas às granjas, instalar arcos de desinfecção, verificar barreiras naturais, instalar telas de aviários para evitar entrada de aves silvestres, boas práticas de manejo, rigoroso uso uniforme e manutenção da qualidade da água.**

Leia mais: [Avicultura gaúcha vai lançar aplicativo](#)

Segundo ele, existe um regramento de prevenção que tem sido cumprido pelas granjas ao longo dos anos, mas que agora está sendo intensificado. Além disso, o **setor tem trabalhado muito a comunicação com ações pontuais nas regiões onde há muita produção de subsistência, nas fronteiras e nos parques.**

"Estamos interagindo com os serviços oficiais no sentido de trabalharmos juntos as medidas de biossegurança e atender aos requisitos necessários para manter a área de produção comercial livre de Influenza". **Seguir livre é imprescindível para continuar atendendo à demanda por carne e ovos que tem crescido no mercado externo**, justamente após a detecção de Influenza Aviária nos Estados Unidos e países sul-americanos.

O chefe da divisão de Defesa Sanitária Animal da Seapi, Fernando Groff, acrescenta que o grande problema no quesito disseminação da doença são as pequenas propriedades que criam os animais para subsistência. "O grande produtor que trabalha como integrado da indústria já está acostumado às normas de controle e biossegurança. **O problema é o pequeno que tem um cocho de água no fundo de quintal, onde qualquer ave pode beber, inclusive as de vida livre**", explica o médico-veterinário.

Santos diz que, **em caso de animais positivos para a doença, os prejuízos serão muitos, por perda dos plantéis e com reflexo comercial, especialmente bloqueios nas exportações.**

Além das medidas de biossegurança que devem ser tomadas, **é importante que o produtor observe se alguma ave do plantel apresenta sintomatologia da doença: dificuldade respiratória, secreção nasal ou ocular, espirros, falta de coordenação motora, torcicolo, diarreia, alta mortalidade em aves domésticas ou silvestres.**

Na ocorrência desses sintomas, é preciso entrar em contato imediatamente com a Inspeção ou Escritório de Defesa Agropecuária do município.

Os produtores também têm feito o tema de casa. É o caso do proprietário da Granja Nienow, Jairo Nienow, que há muito tempo adotou medidas de biossegurança, que visam garantir a saúde e bem-estar das aves, além da segurança dos alimentos produzidos.

"Com o risco da chegada da doença na América do Sul, de imediato reforçamos esses cuidados, além de estabelecer a restrição de visitantes e levar orientações sobre a Influenza Aviária aos colaboradores", destaca.

Livres da aftosa, mas sempre com estratégias para evitar a volta da doença



Vigilância e fiscalização são fundamentais para manter a proteção do rebanho bovino do Rio Grande do Sul e, caso ocorra a reintrodução do vírus, poder detectá-lo precocemente

MARCELO GÖCKS/SAPDR/JC

Do pesadelo de **Joia**, no início dos anos 2000, à **zona livre sem vacinação**. Em 23 anos, o Rio Grande do Sul evoluiu muito no que diz respeito à prevenção, controle e erradicação da febre aftosa do seu rebanho, um trabalho árduo e que, graças a ele, permite ao **Estado começar a colher os primeiros frutos**.

Desde a retirada da vacinação, tem **aumentado o recebimento de missões de países importadores, que visam creditar o serviço de defesa sanitária animal**, apontando para a possibilidade de acesso a novos mercados ou abertura das exportações de carne com osso.

No entanto, apesar do cenário positivo, o **estado de alerta é constante por parte do serviço veterinário oficial e dos criadores**. A coordenadora Estadual do Programa Nacional de Vigilância para a febre aftosa da Seapi (PNEFA-RS), Grazielle Maciel Rigon, diz que as ações de prevenção da febre aftosa se baseiam em estratégias de educação e comunicação em saúde animal.

Toda essa responsabilidade é compartilhada entre a área pública e privada, em um sistema de vigilância sanitária formado por alguns componentes: "vigilância a partir de notificações de suspeitas de doença vesicular por produtores ou outros atores envolvidos na cadeia produtiva; vigilância ativa em estabelecimentos rurais e rodovias; vigilância em eventos pecuários e em estabelecimentos de abate através das inspeções na rotina ante e post mortem", explica a médica-veterinária.

A vigilância em áreas livres possui os propósitos de demonstrar a ausência da doença e, havendo a reintrodução do vírus, detectá-lo precocemente. Em relação ao risco interno, ou seja, a ameaça de que o vírus ainda circule na região, todas as informações coletadas pelos dados de vigilância passiva, estudos sorológicos e outras atividades, demonstram que não há circulação viral na América. "São evidências robustas, com exceção da Venezuela, que é um risco desconhecido, pois não possui reconhecimento de área livre e, logo, o **risco de uma reintrodução não pode ser desprezado enquanto o vírus existir**".

A última ocorrência de febre aftosa no continente Americano foi registrada na Colômbia, em 2017, No Brasil em 2006, no Mato Grosso do Sul, e, no Rio Grande do Sul, a última ocorrência foi em 2001, sendo que a última etapa de vacinação no Estado ocorreu em abril de 2020.

O maior desafio é manter a cadeia produtiva sensibilizada quanto às formas de prevenção da doença, a reconhecer os sinais clínicos compatíveis com a febre aftosa e a importância de notificar qualquer suspeita o mais rápido possível à Inspetoria de Defesa Agropecuária.

"A rápida detecção é fundamental para evitar a disseminação da doença e minimizar todos os tipos de impactos, sendo fundamental o papel do produtor rural e outros atores ligados ao ramo da pecuária como fonte de notificação de suspeitas", acrescenta Grazziane.

Outro desafio é conscientizar os produtores a respeito da importância da compra e venda de animais somente com a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA). Ela é o documento oficial para o transporte animal em todo o território brasileiro, só podendo ser emitida a partir de propriedades em dia com suas obrigações sanitárias, e fornece a rastreabilidade de rebanho (espécie, quantidade, origem, destino, finalidade, vacinações, entre outros), fundamental para o rastreamento epidemiológico em caso de reintrodução do vírus.

Há certa preocupação se os produtores estão devidamente sensibilizados quanto à importância de se manterem vigilantes em relação à doença. Uma das métricas que o serviço veterinário oficial usa para avaliação do comprometimento da comunidade é a quantidade de notificações de suspeitas de doença vesicular recebidas ao ano, no Estado. Esses números vêm se mantendo extremamente baixos desde o início da pandemia de Covid-19, em torno de 13 a 20, levando em consideração a quantidade de propriedades com espécies suscetíveis no Estado, cerca de 337 mil.

"Sintomas simples, como animais babando ou mancando, já são passíveis de notificação. Sendo assim, pode-se considerar que ou há uma baixa sensibilidade dos produtores em identificar sintomas compatíveis com doença vesicular ou um baixo engajamento do setor privado em notificar casos suspeitos", acrescenta Grazziane.

O gerente de fomento da Associação Brasileira de Angus (ABA), Mateus Pivato, diz que, dentro do controle sanitário dos rebanhos gaúchos, os criadores cumpriram com todos os protocolos necessários para que o Estado se tornasse uma área livre de aftosa sem a vacinação.

"Os criadores de Angus que fazem genética, eles têm um controle muito grande dos seus rebanhos devido à questão dos registros de genealógicos, do acompanhamento desde o nascimento, desde o acasalamento desses animais que são bem acompanhados."

Epididimite segue na mira de médicos-veterinários e criadores de ovinos em todo Estado



Doença gera prejuízos econômicos associados à diminuição da fertilidade e da vida reprodutiva dos carneiros

CÂMILA DOMINGUES/PALÁCIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/JC

Uma das doenças de notificação obrigatória entre os ovinos e que mantém autoridades sanitárias e criadores atentos é a **Epididimite**, também conhecida como **Brucelose dos ovinos**.

A doença gera prejuízos econômicos associados à diminuição da fertilidade e da vida reprodutiva de carneiros, períodos de parição prolongados e, ocasionalmente, abortos em matrizes.

"Estamos em **fase de reformulação do Programa Estadual de Sanidade Ovina** e uma das ideias é criar certificação para as propriedades livres dessa doença", explica o chefe da divisão de Defesa Sanitária Animal da Seapi, Fernando Groff.

Leia mais: [Novo selo para ovinocultura é destaque em encontro de pecuária de corte](#)

O zootecnista Amílcar Jardim Matos, proprietário da Cabanha Dom Levino, de Bagé, destaca ainda as verminoses em geral, a piolheira, os problemas nos cascos e as clostridioses (doenças causadas por bactérias) como enfermidades preocupantes.

"Não temos casos de Epididimite, mas a vigilância deve seguir severa. **A verminose, a meu ver, é o maior desses problemas, devido à desinformação e à falta de acompanhamento técnico**", afirma. Ele demonstra preocupação quanto à piolheira em função da retirada da obrigatoriedade do banho piolhícida por parte do governo.

Como criador, Matos ressalta a importância de fazer diagnósticos dentro da propriedade, assim com planejamento, seja nutricional, reprodutivo e sanitário.

"Quanto às verminoses, o controle é feito de maneira geral desordenado, sem acompanhamento técnico, sem coleta de dados. Uma simples coleta de fezes dos animais nos dá informações importantíssimas, são pequenas atitudes, que vão fazer a diferença".

Sobre as clostridioses, como o **Tétano**, Matos diz se preocupar mais, pois são poucos que vacinam e, muitas vezes, os animais morrem e nem se identifica qual foi o motivo.

Obrigatoriedade de eutanásia de equinos com Mormo gera polêmica entre criadores



Enfermidade pode ser transferida de cavalos para humanos, o que faz com que os cuidados sejam redobrados

JONATHAN HECKLER/ARQUIVO/JC

Uma doença cujos sintomas demoram a aparecer e que, quase sempre, é detectada por acaso, quando algum cavalo precisa de uma **Guia de Trânsito Animal (GTA)** para se deslocar para algum evento. Trata-se do **Mormo**. Na imensa maioria das vezes, o animal com teste positivo se apresenta assintomático, mas, mesmo assim, deve ser eutanasiado.

Esse é um dos pontos mais críticos relativos à ocorrência de casos nos rebanhos equinos do Estado. Outro ponto importante é que a enfermidade pode ser transmitida dos cavalos para os humanos, na sua maioria resultando em óbito.

A diretora do **Departamento de Vigilância e Defesa Sanitária Animal (DDA/Seapi)**, Rosane Collares Moraes, afirma que muitos criadores não acreditam na existência da doença e acham que a obrigatoriedade dos testes tem viés financeiro.

"Tem isolamento da bactéria, então as evidências nos ajudam muito nas tomadas de decisão dos programas sanitários", diz ela. Mesmo assim, ocorrem os questionamentos: "às vezes, o dono do cavalo de R\$ 500 mil não vai te questionar, mas o dono do 'cavalo Mimoso, campeão do laço', questiona a validade do exame, o porquê de ele ter que arcar com esse custo a mais. Às vezes o apego sentimental com o animal também pesa", diz Rosane.

Atualmente, o Estado tem 24 focos da doença, espalhados por diversas regiões, com a ocorrência de animais diagnosticados vivos, em processo ainda de análise de amostra ou que já estão indo para eutanásia. O professor titular de Clínica Médica de Equinos da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Carlos Eduardo Wayne Nogueira, afirma que, nos últimos quatro anos, **os números de casos de Mormo no Estado têm oscilado da seguinte forma: 41 em 2020, 49 em 2021, 28 em 2022 e 13 em 2023.**

"Não entendo que estejamos frente a uma epidemia, pois, considerando a tropa de mais de 520 mil cavalos no Estado, o número de positivos é muito baixo, e, quando se compara os índices epidemiológicos no Brasil e no mundo, observa-se números entre 0,5 e 0,01%. Porém, necessitamos continuar trabalhando para a melhorias dos métodos de diagnóstico e controle do Mormo", diz Nogueira.

Na política de controle do Mormo, os testes são exigidos para solicitação da Guia de Trânsito Animal (GTA) que permite oficialmente a movimentação de animais que irão participar de aglomerações. Além da testagem para trânsito, há os testes realizados em laboratórios oficiais para saneamento de focos nas propriedades, ou seja, quando o cavalo tem contato com um animal positivo, e investigação de possíveis vínculos epidemiológicos.

"O maior número de casos e focos têm ocorrido em propriedades sem classificação e o menor número em estabelecimentos classificados como haras, cabanhas, fazendas, clube hípico e dentre outros", explica o professor.

O chefe da divisão de Defesa Sanitária Animal da Seapi, Fernando Groff, afirma que a doença está disseminada em todo o Estado e que o contágio ocorre em animais que vão a eventos, convivem com outros equinos, bebem água do mesmo cocho ou o tratador usa o mesmo balde para mais de um cavalo, em época de cobertura.

"É importante que as pessoas levem e usem os seus equipamentos, não compartilhem freios, esporas. São nas pequenas coisas que favorecem a transmissão e as pessoas não percebem, elas sempre buscam uma coisa macro, parecido com o que vivemos durante a pandemia de Covid-19".

Sobre a denúncia de resultados falso positivos em equinos de Santa Maria, em função de coletas feitas de outros cavalos, ao invés do que deveria ser testado, Nogueira afirma que os profissionais denunciados, após a comprovação das irregularidades, são desabilitados do Ministério da Agricultura (MAPA) para a coleta de material para os exames e, após transitar em julgado o processo no MAPA, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, há a comunicação ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS) para apuração de infração ética.

"Nos últimos três anos, foram cerca de cinco profissionais denunciados e autuados pelo MAPA. Saliento a importância e responsabilidade do médico-veterinário na identificação do animal, na colheita do material, acondicionamento e entrega no laboratório credenciado. Esta sequência é fundamental para que não ocorram erros e fraudes", afirma.

Falta de engajamento de produtores dificulta diagnóstico de Tuberculose e Brucelose

Entre as doenças que mais afetam o rebanho leiteiro, estão a **Tuberculose e a Brucelose**, que são **zoonoses**, ou seja, **passam dos animais para os humanos**. A médica-veterinária consultora do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat), Letícia de Albuquerque Vieira, diz existir uma deficiência no diagnóstico, pois nem todo o rebanho é testado.

"Há uma dificuldade em relação à sensibilização dos produtores em fazer essas testagens, em função do custo. **Lembrando que são doenças que não são tratadas, logo os animais têm que ser abatidos quando são diagnosticados.**" Porém, existem vários tipos de programas que facilitam essa testagem e inclusive facilitam assim a questão da diminuição dos prejuízos por possíveis perdas.

A questão sanitária e de **boas práticas do leite** se baseia nas **Instruções Normativas 76 e 77, de 2018**, que estabelecem os **critérios para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial**. "Assim, a indústria tem a responsabilidade de fazer um trabalho junto aos seus fornecedores de leite, de educação sanitária, implantação de boas práticas agropecuárias".

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolve, há alguns anos, o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal que prevê, entre outras coisas a certificação de propriedades como livres dessas doenças.

"O Estado tem mais de duas mil propriedades certificadas, as quais têm um diferencial em termos de biossegurança", diz Fernando Groff.

Além disso, a certificação favorece uma melhor remuneração do leite destas propriedades. As ações para a erradicação são fundamentais, pois asseguram a saúde de quem produz e de quem consome produtos e derivados da carne e do leite bovinos.

Letícia faz um alerta sobre o fato de serem zoonoses e poderem causar dano à saúde dos consumidores.

"Existem trabalhos que demonstram que 5% dos casos tuberculose humanas são oriundos da tuberculose bovina e principalmente das pessoas que trabalham com gado de leite".

Uma pessoa que sofre de tuberculose tem um tratamento longuíssimo, que pode durar cerca de um ano, e muitas vezes não completando esse tratamento há recidivas e agravamento do quadro, podendo vir a óbito.

A **Tristeza Parasitária bovina**, que é uma doença a transmitida por pelo carrapato e que ocorre em novilhas em animais jovens, também **vem causando um grande prejuízo na produção e morte dos animais**. A Febre Aftosa que se mantém sem registro de foco, mas caso ocorra "ela bate qualquer outro tipo de doença em relação a prejuízos.

Já a **mastite**, que é inflamação do úbere da vaca, um tipo de doença que acomete quase todos os rebanhos em diferentes, não é uma doença que mata. Mas é uma doença que prejudica muito a qualidade e o volume de produção.

Veículo: Rádio Agert

Link: <https://www.agert.org.br/index.php/mais-audios/21628-industrias-de-laticinios-enfrenta-problema-de-competitividade-no-estado>

Data: 15/05/2023

Página: Notícias

Rádio AGERT

15/05/23

Indústrias de laticínios enfrenta problema de competitividade no Estado

O secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, destacou que o Fator de Ajuste de Frição (FAF) aumenta os custos dos produtos entre 3% e 4%.



Veículo: Página Rural

Link: <https://www.paginarural.com.br/noticia/308945/na-fenasul-cAcentmara-setorial-do-leite-busca-proteAsectApoundo-contra-incentivos-do-mercosul-diz-sindilatr>

Data: 19/05/2023

Página: Notícias

Na Fenasul, Câmara Setorial do Leite busca proteção contra incentivos do Mercosul, diz Sindilat/RS

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados irá enviar um ofício ao Governo Federal alertando sobre os prejuízos causados à indústria nacional em decorrência dos incentivos concedidos por outros países do Mercosul aos produtores. A discussão também será encaminhada ao Parlasul, solicitando que sejam adotadas políticas de proteção ao setor lácteo.

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), concomitante à 17ª Fenasul e à 44ª Expoleite. "Temos observado que os volumes de importação aumentaram, devido ao baixo preço da matéria prima em países vizinhos. No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil/kg importados em 2022 para 47 mil/kg neste ano. O queijo parmesão é outro produto que tem o valor lá fora menor do que o custo de beneficiamento pela indústria brasileira", explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS).

A Argentina injetou recursos diretamente nos produtores, o Uruguai abriu linhas de crédito subsidiadas e a indústria brasileira permanece sem incentivos. De acordo com um estudo realizado pelo Sindicato e apresentado durante a reunião da Câmara na sexta-feira 19/05, o governo da Argentina, aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos. No Uruguai, o governo criou um programa de financiamento abrindo linhas de créditos para atender os cerca de 2 mil produtores no valor total de 9 milhões de pesos, com prazo de 13 anos de amortização. "O produtor e a indústria no Brasil, não têm atualmente nenhuma fonte de recursos de custeio direto o que causa este desequilíbrio com relação aos países que vêm adotando ações efetivas para assegurar a produtividade e a competitividade, entendendo o quanto isso é importante para a suas economias", destaca Palharini.

No encontro, os integrantes da Câmara Setorial defenderam ainda a urgência da liberação pelo Governo do Rio Grande do Sul de recursos represados do Fundoleite para os projetos de competitividade apresentados pelas empresas e projetos de desenvolvimento e valorização do leite e derivados no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS)

Veículo: Notícias Agrícolas

Link: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/leite/349808-sindilat-camara-setorial-do-leite-busca-protecao-contra-incentivos-do-mercosul.html#.ZGs1qHbMLIU>

Data: 19/05/2023

Página: Notícias

Sindilat: Câmara Setorial do Leite busca proteção contra incentivos do Mercosul

Publicado em 19/05/2023 16:18

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados irá enviar um ofício ao Governo Federal alertando sobre os prejuízos causados à indústria nacional em decorrência dos incentivos concedidos por outros países do Mercosul aos produtores. A discussão também será encaminhada ao Parlasul, solicitando que sejam adotadas políticas de proteção ao setor lácteo.

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), concomitante à 17ª Fenasul e à 44ª Expoleite.

“Temos observado que os volumes de importação aumentaram, devido ao baixo preço da matéria prima em países vizinhos. No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil/kg importados em 2022 para 47 mil/kg neste ano. O queijo parmesão é outro produto que tem o valor lá fora menor do que o custo de beneficiamento pela indústria brasileira”, explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS).

A Argentina injetou recursos diretamente nos produtores, o Uruguai abriu linhas de crédito subsidiadas e a indústria brasileira permanece sem incentivos. De acordo com um estudo realizado pelo Sindicato e apresentado durante a reunião da Câmara na sexta-feira 19/05, o governo da Argentina, aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos. No Uruguai, o governo criou um programa de financiamento abrindo linhas de créditos para atender os cerca de 2 mil produtores no valor total de 9 milhões de pesos, com prazo de 13 anos de amortização. “O produtor e a indústria no Brasil, não têm atualmente nenhuma fonte de recursos de custeio direto o que causa este desequilíbrio com relação aos países que vêm adotando ações efetivas para assegurar a produtividade e a competitividade, entendendo o quanto isso é importante para a suas economias”, destaca Palharini.

No encontro, os integrantes da Câmara Setorial defenderam ainda a urgência da liberação pelo Governo do Rio Grande do Sul de recursos represados do Fundoleite para os projetos de competitividade apresentados pelas empresas e projetos de desenvolvimento e valorização do leite e derivados no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Veículo: Página Rural

Link: <https://www.paginarural.com.br/noticia/308941/plano-safra-20232024-para-pecuAieclria-de-leite-em-pauta-na-fenasul-expoleite-diz-seapi>

Data: 19/05/2023

Página: Notícias

Plano Safra 2023/2024 para pecuária de leite em pauta na Fenasul Expoleite, diz Seapi

Representantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) estiveram reunidos nesta sexta-feira (19) durante a 17ª Fenasul e 44ª Expoleite no Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio. Eles debateram, entre outros assuntos, medidas do Plano Safra 2023/2024, elaborado pelo governo federal, para a pecuária de leite. O encontro foi conduzido pelo coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, que também é vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).



Foto: Julia Chagas / Seapi

O engenheiro agrônomo da Fetag, Kaliton Prestes, abordou as perspectivas de linha de crédito, taxas de juros, limites de financiamento do Plano Safra 2023/2024 para a pecuária de leite. "Acredito que o Plano deverá focar na produção de leite com condições melhores para o agricultor produzir", disse. Segundo dados de 2021 da Emater/RS-Ascar, o Rio Grande do Sul possui hoje 137.449 produtores de leite.

Conforme Prestes, as principais demandas do setor para o Plano Safra são a formulação de modalidade no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e no Seguro Rural para amparar o custeio da pecuária de leite; e o rebate de 30% na renda bruta anual para o enquadramento do agricultor familiar no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

"O Setor está preocupado também com o aumento da importação de leite do Uruguai e da Argentina. Pois lá os produtores têm maiores subsídios que os produtores brasileiros, ficando uma condição desigual", destacou.

Sobre esse assunto, o secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, enfocou as linhas de ações de competitividade que a Argentina e o Uruguai adotaram com o setor lácteo de seus países, para ajudar na atual crise financeira que abala a cadeia produtiva do leite.

A questão do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do RS (Fundoleite) também foi abordada. O coordenador-geral das Câmaras Setoriais e Temáticas e diretor-geral adjunto da Seapi, Clair Kuhn, afirmou que o processo de liberação dos recursos do Fundoleite tem evoluído, precisando resolver algumas pendências jurídicas. Kuhn destacou ainda que a Secretaria de Agricultura tem acompanhado as tratativas relacionadas ao Plano Safra, no âmbito do governo federal.

Encaminhamento

O coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, afirmou que será enviado um ofício para o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) dizendo que o leite importado da Argentina e do Uruguai está desestabilizando o comércio local e que é preciso que o governo brasileiro tome algumas medidas para reverter essa situação.

Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi)

Veículo: Portal DBO

Link: <https://portaldbo.com.br/camara-setorial-do-leite-busca-protecao-contraincentivos-do-mercosul/>

Data: 19/05/2023

Página: Notícias

Câmara Setorial do Leite busca proteção contra incentivos do Mercosul

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS)

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados irá enviar um ofício ao Governo Federal alertando sobre os prejuízos causados à indústria nacional em decorrência dos incentivos concedidos por outros países do Mercosul aos produtores.

A discussão também será encaminhada ao Parlasul, solicitando que sejam adotadas políticas de proteção ao setor lácteo.

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), concomitante à 17ª Fenasul e à 44ª Expoleite.

“Temos observado que os volumes de importação aumentaram, devido ao baixo preço da matéria prima em países vizinhos. No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil/kg importados em 2022 para 47 mil/kg neste ano. O queijo parmesão é outro produto que tem o valor lá fora menor do que o custo de beneficiamento pela indústria brasileira”, explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS).

A Argentina injetou recursos diretamente nos produtores, o Uruguai abriu linhas de crédito subsidiadas e a indústria brasileira permanece sem incentivos.

De acordo com um estudo realizado pelo sindicato e apresentado durante a reunião da câmara na sexta-feira (19/5), o governo da Argentina aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos.

No Uruguai, o governo criou um programa de financiamento abrindo linhas de créditos para atender os cerca de 2 mil produtores no valor total de 9 milhões de pesos, com prazo de 13 anos de amortização.

“O produtor e a indústria no Brasil não têm atualmente nenhuma fonte de recursos de custeio direto, o que causa este desequilíbrio com relação aos países que vêm adotando ações efetivas para assegurar a produtividade e a competitividade, entendendo o quanto isso é importante para a suas economias”, destaca Palharini.

No encontro, os integrantes da Câmara Setorial defenderam ainda a urgência da liberação pelo Governo do Rio Grande do Sul de recursos represados do Fundoleite para os projetos de competitividade apresentados pelas empresas e projetos de desenvolvimento e valorização do leite e derivados no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Veículo: O Presente Rural

Link: <https://opresenterural.com.br/plano-safra-2023-2024-para-pecuaria-de-leite-em-pauta-na-fenasul-expoleite/>

Data: 19/05/2023

Página: Notícias

Plano Safra 2023/2024 para pecuária de leite em pauta na Fenasul Expoleite

Dentre as principais demandas do setor para o Plano Safra estão a formulação de modalidade no Proagro e no Seguro Rural para amparar o custeio da pecuária de leite, além do rebate de 30% na renda bruta anual para o enquadramento do agricultor familiar no Pronaf.

Publicado em 2 semanas atrás em 19 de maio de 2023



Foto: Julia Chagas/Seapi

Representantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) estiveram reunidos, nesta sexta-feira (19), durante a 17ª Fenasul e 44ª Expoleite no Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio (RS). Eles debateram, entre outros assuntos, medidas do Plano Safra 2023/2024, elaborado pelo governo federal, para a pecuária de leite. O encontro foi conduzido pelo coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, que também é vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

O engenheiro agrônomo da Fetag, Kaliton Prestes, abordou as perspectivas de linha de crédito, taxas de juros, limites de financiamento do Plano Safra 2023/2024 para a pecuária de leite. “Acredito que o Plano deverá focar na produção de leite com condições melhores para o agricultor produzir”, disse. Segundo dados de 2021 da Emater/RS-Ascar, o Rio Grande do Sul possui hoje 137.449 produtores de leite.

Conforme Prestes, as principais demandas do setor para o Plano Safra são a formulação de modalidade no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e no Seguro Rural para amparar o custeio da pecuária de leite; e o rebote de 30% na renda bruta anual para o enquadramento do agricultor familiar no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

“O setor está preocupado também com o aumento da importação de leite do Uruguai e da Argentina. Pois lá os produtores têm maiores subsídios que os produtores brasileiros, ficando uma condição desigual”, destacou.

Sobre esse assunto, o secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, enfocou as linhas de ações de competitividade que a Argentina e o Uruguai adotaram com o setor lácteo de seus países, para ajudar na atual crise financeira que abala a cadeia produtiva do leite.

A questão do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do RS (Fundoleite) também foi abordada. O coordenador-geral das Câmaras Setoriais e Temáticas e diretor-geral adjunto da Seapi, Clair Kuhn, afirmou que o processo de liberação dos recursos do Fundoleite tem evoluído, precisando resolver algumas pendências jurídicas. Kuhn destacou ainda que a Secretaria de Agricultura tem acompanhado as tratativas relacionadas ao Plano Safra, no âmbito do governo federal.

Encaminhamento

O coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, afirmou que será enviado um ofício para o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) dizendo que o leite importado da Argentina e do Uruguai está desestabilizando o comércio local e que é preciso que o governo brasileiro tome algumas medidas para reverter essa situação.

Fonte: Assessoria Seapi

Veículo: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação

Link: <https://www.agricultura.rs.gov.br/plano-safra-2023-2024-para-pecuaria-de-leite-em-pauta-na-fenasul-expoleite>

Data: 19/05/2023

Página: Notícias

Plano Safra 2023/2024 para pecuária de leite em pauta na Fenasul Expoleite



Câmara do Leite na Fenasul. Foto: Julia Chagas/Seapi

POR DARLENE SILVEIRA

Representantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) estiveram reunidos nesta sexta-feira (19/5) durante a 17ª Fenasul e 44ª Expoleite no Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio. Eles debateram, entre outros assuntos, medidas do Plano Safra 2023/2024, elaborado pelo governo federal, para a pecuária de leite. O encontro foi conduzido pelo coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, que também é vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

O engenheiro agrônomo da Fetag, Kaliton Prestes, abordou as perspectivas de linha de crédito, taxas de juros, limites de financiamento do Plano Safra 2023/2024 para a pecuária de leite. “Acredito que o Plano deverá focar na produção de leite com condições melhores para o agricultor produzir”, disse. Segundo dados de 2021 da Emater/RS-Ascar, no Rio Grande do Sul são 40.182 agropecuaristas que têm na produção leiteira uma atividade econômica formal.

Conforme Prestes, as principais demandas do setor para o Plano Safra são a formulação de modalidade no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e no Seguro Rural para amparar o custeio da pecuária de leite; e o rebate de 30% na renda bruta anual para o enquadramento do agricultor familiar no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

“O Setor está preocupado também com o aumento da importação de leite do Uruguai e da Argentina. Pois lá os produtores têm maiores subsídios que os produtores brasileiros, ficando uma condição desigual”, destacou.

Sobre esse assunto, o secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, enfocou as linhas de ações de competitividade que a Argentina e o Uruguai adotaram com o setor lácteo de seus países, para ajudar na atual crise financeira que abala a cadeia produtiva do leite.

A questão do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do RS (Fundoleite) também foi abordada. O coordenador-geral das Câmaras Setoriais e Temáticas e diretor-geral adjunto da Seapi, Clair Kuhn, afirmou que o processo de liberação dos recursos do Fundoleite tem evoluído, precisando resolver algumas pendências jurídicas. Kuhn destacou ainda que a Secretaria de Agricultura tem acompanhado as tratativas relacionadas ao Plano Safra, no âmbito do governo federal.

Encaminhamento

O coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, afirmou que será enviado um ofício para o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) dizendo que o leite importado da Argentina e do Uruguai está desestabilizando o comércio local e que é preciso que o governo brasileiro tome algumas medidas para reverter essa situação.

Veículo: Jornal Dia a Dia

Link: <https://jornaldiadia.com.br/sindilat-camara-setorial-do-leite-busca-protecao-contraincentivos-do-mercosul/>

Data: 20/05/2023

Página: Notícias



SINDILAT// Câmara Setorial do Leite busca proteção contra incentivos do Mercosul

20 de maio de 2023



Por RAY SANTOS

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados irá enviar um ofício ao Governo Federal alertando sobre os prejuízos causados à indústria nacional em decorrência dos incentivos concedidos por outros países do Mercosul aos produtores. A discussão também será encaminhada ao Parlasul, solicitando que sejam adotadas políticas de proteção ao setor lácteo.

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), concomitante à 17ª Fenasul e à 44ª Expoleite.

“Temos observado que os volumes de importação aumentaram, devido ao baixo preço da matéria prima em países vizinhos. No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil/kg importados em 2022 para 47 mil/kg neste ano. O queijo parmesão é outro produto que tem o valor lá fora menor do que o custo de beneficiamento pela indústria brasileira”, explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS).

A Argentina injetou recursos diretamente nos produtores, o Uruguai abriu linhas de crédito subsidiadas e a indústria brasileira permanece sem incentivos.

De acordo com um estudo realizado pelo Sindicato e apresentado durante a reunião da Câmara na sexta-feira 19/05, o governo da Argentina, aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos.

No Uruguai, o governo criou um programa de financiamento abrindo linhas de créditos para atender os cerca de 2 mil produtores no valor total de 9 milhões de pesos, com prazo de 13 anos de amortização.

“O produtor e a indústria no Brasil, não têm atualmente nenhuma fonte de recursos de custeio direto o que causa este desequilíbrio com relação aos países que vêm adotando ações efetivas para assegurar a produtividade e a competitividade, entendendo o quanto isso é importante para a suas economias”, destaca Palharini.

No encontro, os integrantes da Câmara Setorial defenderam ainda a urgência da liberação pelo Governo do Rio Grande do Sul de recursos represados do Fundoleite para os projetos de competitividade apresentados pelas empresas e projetos de desenvolvimento e valorização do leite e derivados no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Foto: Gisele Ortolan



Rua dos Andradas, 1464/113 – Centro Histórico, Porto Alegre (RS)

reportagem@jardinecomunicacao.com.br 51 3224.0104 | 3086.0105 | 999.111.342

Jornalistas responsáveis:

Carolina Jardine, Grasiela Duarte, Kimberly Winheski e Leticia Szczesny

Veículo: Rádio Guaíba

Link: <https://guaiba.com.br/2023/05/20/camara-setorial-do-leite-busca-protECAo-contrA-incentivos-do-mercosul/>

Data: 20/05/2023

Página: Notícias

Câmara Setorial do Leite busca proteção contra incentivos do Mercosul

Publicado por **Sandro Favero** - 20/05/2023 - 10:47



A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados irá enviar um ofício ao Governo Federal alertando sobre os prejuízos causados à indústria nacional em decorrência dos incentivos concedidos por outros países do Mercosul aos produtores. A discussão também será encaminhada ao Parlasul, solicitando que sejam adotadas políticas de proteção ao setor lácteo.

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), concomitante à 17ª Fenasul e à 44ª Expoleite. "Temos observado que os volumes de importação aumentaram, devido ao baixo preço da matéria prima em países vizinhos. No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil/kg importados em 2022 para 47 mil/kg neste ano. O queijo parmesão é outro produto que tem o valor lá fora menor do que o custo de beneficiamento pela indústria brasileira", explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS).

A Argentina injetou recursos diretamente nos produtores, o Uruguai abriu linhas de crédito subsidiadas e a indústria brasileira permanece sem incentivos. De acordo com um estudo realizado pelo Sindicado e apresentado durante a reunião da Câmara na sexta-feira 19/05, o governo da Argentina, aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos. No Uruguai, o governo criou um programa de financiamento abrindo linhas de créditos para atender os cerca de 2 mil produtores no valor total de 9 milhões de pesos, com prazo de 13 anos de amortização. "O produtor e a indústria no Brasil, não têm atualmente nenhuma fonte de recursos de custeio direto o que causa este desequilíbrio com relação aos países que vêm adotando ações efetivas para assegurar a produtividade e a competitividade, entendendo o quanto isso é importante para a suas economias", destaca Palharini.

No encontro, os integrantes da Câmara Setorial defenderam ainda a urgência da liberação pelo Governo do Rio Grande do Sul de recursos represados do Fundoleite para os projetos de competitividade apresentados pelas empresas e projetos de desenvolvimento e valorização do leite e derivados no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Veículo: Terra Viva

Link: <https://www.terraviva.com.br/noticias/plano-safra-2023-2024-para-pecuaria-de-leite-em-pauta-na-fenasul-expoleite-44714>

Data: 22/05/2023

Página: Notícias



Imagem de Daniel Albany por Pixabay

22 de maio de 2023

Plano Safra 2023/2024 para pecuária de leite em pauta na Fenasul Expoleite

COMPARTILHAR



DESTAQUE

Fonte: Emater RS | Foto de capa: Imagem de Daniel Albany por Pixabay

Pecuária do leite - Representantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) estiveram reunidos nesta sexta-feira (19/05) durante a 17ª Fenasul e 44ª Expoleite no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

Eles debateram, entre outros assuntos, medidas do Plano Safra 2023/2024, elaborado pelo governo federal, para a pecuária de leite. O encontro foi conduzido pelo coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, que também é vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

O engenheiro agrônomo da Fetag, Kaliton Prestes, abordou as perspectivas de linha de crédito, taxas de juros, limites de financiamento do Plano Safra 2023/2024 para a pecuária de leite. “Acredito que o Plano deverá focar na produção de leite com condições melhores para o agricultor produzir”, disse. Segundo dados de 2021 da Emater/RS-Ascar, o Rio Grande do Sul possui hoje 137.449 produtores de leite.

Conforme Prestes, as principais demandas do setor para o Plano Safra são a formulação de modalidade no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e no Seguro Rural para amparar o custeio da pecuária de leite; e o rebate de 30% na renda bruta anual para o enquadramento do agricultor familiar no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Setor está preocupado também com o aumento da importação de leite do Uruguai e da Argentina. Pois lá os produtores têm maiores subsídios que os produtores brasileiros, ficando uma condição desigual”, destacou.

Sobre esse assunto, o secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, enfocou as linhas de ações de competitividade que a Argentina e o Uruguai adotaram com o setor lácteo de seus países, para ajudar na atual crise financeira que abala a cadeia produtiva do leite.

A questão do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do RS (Fundoleite) também foi abordada. O coordenador-geral das Câmaras Setoriais e Temáticas e diretor-geral adjunto da Seapi, Clair Kuhn, afirmou que o processo de liberação dos recursos do Fundoleite tem evoluído, precisando resolver algumas pendências jurídicas. Kuhn destacou ainda que a Secretaria de Agricultura tem acompanhado as tratativas relacionadas ao Plano Safra, no âmbito do governo federal.

Encaminhamento

O coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, afirmou que será enviado um ofício para o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) dizendo que o leite importado da Argentina e do Uruguai está desestabilizando o comércio local e que é preciso que o governo brasileiro tome algumas medidas para reverter essa situação.

Acesse aqui a matéria na íntegra

Veículo: Jornal Correio do Povo

Link: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/rural/alta-nas-importa%C3%A7%C3%B5es-de-l%C3%A1cteos-assusta-produtores-ga%C3%BAchos-1.1036770>

Data: 23/05/2023

Página: Rural

Alta nas importações de lácteos assusta produtores gaúchos

O Rio Grande do Sul é o terceiro Estado que mais importou lácteos e derivados no país

23/05/2023 | 11:59
Itamar Pelizzaro



| Foto: Humberto Nicolini / Embrapa

O crescimento nas importações de lácteos no primeiro quadrimestre tem assustado os [produtores do Rio Grande do Sul](#). Este ano, as compras brasileiras de leite, creme de leite e laticínios (exceto manteiga e queijo) da Argentina e Uruguai em relação ao mesmo período do ano passado saltaram em 286,4% em valor, chegando a US\$ 263,2 milhões, e 230,6% em volume, atingindo 69,9 mil toneladas, conforme dados da plataforma [Comex Stat](#), do governo federal. Em sentido contrário, as exportações do país caíram 37,2% em receita, chegando a US\$ 25,4 milhões, e 30,7% em volume.

O Rio Grande do Sul é o terceiro Estado que mais importou, aplicando US\$ 34,1 milhões, com variação de 230,7% sobre o período de janeiro a abril de 2022. Os dados deste ano ampliam as preocupações dos produtores.

“Estamos com medo, porque há uma inundação de leite de fora do país e temos que ter alguma medida protetiva”, destacou o presidente da [Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul](#) (Gadolando), Marcos Tang.

O secretário-executivo do [Sindicato da Indústria de Laticínios do RS](#) (Sindilat), Darlan Palharini, diz que o preço da matéria-prima pago aos produtores do Estado é acima do valor de mercado do Mercosul e que Argentina e Uruguai têm políticas públicas de apoio ao segmento. Segundo o dirigente, o governo argentino aprovou subsídios aos produtores no final do ano passado e o Uruguai concedeu linhas de crédito com prazo de até 13 anos para produtores e indústria. “Nossa preocupação é não termos uma política de Estado para fazer frente a isso, pois derrubar o custo de produção não se consegue de imediato”, declarou.

Conforme Palharini, as vantagens de Uruguai e Argentina são de escala e não se limitam aos incentivos que permitem baixar os custos de produção.

“Argentina e Uruguai produzem em média de 1 milhão de litros/ano, enquanto no RS a média mais alta chega a pouco mais de 100 mil”, disse.

Outro fator destacado por Palharini no atual cenário é o mercado mundial desaquecido, principalmente pela China, que é o grande comprador. “A única alternativa realmente seria o governo equiparar o benefício que a Argentina está concedendo, em torno de R\$ 340 milhões, e estender as linhas de crédito para fazer frente a isso, já que colocar um sistema de cotas é mais difícil pela questão do Mercosul.”

A importação crescente de lácteos foi debatido na semana passada pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, da **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação** (Seapi). O coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-RS) alertava para a competição desigual entre brasileiros e produtores uruguaios e argentinos. “O impacto na cadeia produtiva é muito ruim, vai sobrar leite no mercado interno e o preço certamente irá despencar”, avaliou Zanetti.

O segmento leiteiro enfrenta uma tendência de redução de produtores desde 2015, conforme relatório da Emater/RS-Ascar de 2021. Naquele período, mais de 44 mil agricultores abandonaram a atividade leiteira em razão da perda de competitividade, sem perspectivas de retorno, e houve redução do rebanho leiteiro no Estado.

Setor está sem preço de referência desde janeiro

No encerramento da 17ª Fenasul e 44ª Expoleite, o presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang, lembrou que o setor produtivo vem enfrentando dificuldades para pagar pelo serviço de cálculo do preço de referência do leite, feito pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e cobrou a liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do Rio Grande do Sul (Fundoleite). Os valores de referência não são divulgados desde janeiro, quando ocorreu a última reunião do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (Conseleite/RS).

“Não temos tido as reuniões de Conseleite para dar o preço de referência, porque o elo produtor ficou com uma dívida para fazer este cálculo”, ponderou Tang, destacando que o setor não tem acesso aos valores do fundo. “Se o Fundoleite não pode ajudar nesta questão tão básica, para que termos um fundo?”, questionou. “Nós vamos pagar essa dívida, mas queremos que essa questão seja desburocratizada”, cobrou.

Por meio de nota, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) informou que “o governo está trabalhando para que a liberação desses recursos seja o mais rápido possível, assunto que vem sendo discutido há algum tempo sabendo da importância do setor produtivo.” Conforme a Seapi, são cerca de R\$ 20 milhões no Fundoleite. “O processo de liberação dos recursos do Fundoleite tem evoluído, mas há observâncias administrativas e jurídicas que precisam ser superadas. Igualmente questões desse tipo precisam ser observadas para a contratação da projeção do Valor de Referência do Leite, que está tramitando para a realização de procedimento licitatório junto à Celic.”

Veículo: Edairy News

Link: <https://edairynews.com/br/camara-setorial-do-leite-busca-protecao/>

Data: 24/05/2023

Página: Notícias

Rio Grande do Sul | MAY 24, 2023

SINDILAT | CÂMARA SETORIAL DO LEITE BUSCA PROTEÇÃO CONTRA INCENTIVOS DO MERCOSUL

De acordo com um estudo realizado pelo Sindicato e apresentado durante a reunião da Câmara na sexta-feira 19/05, o governo da Argentina, aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos.



A CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DERIVADOS IRÁ ENVIAR UM OFÍCIO AO GOVERNO FEDERAL ALERTANDO SOBRE OS PREJUÍZOS CAUSADOS À INDÚSTRIA NACIONAL EM DECORRÊNCIA DOS INCENTIVOS CONCEDIDOS POR OUTROS PAÍSES DO MERCOSUL.

Publicado por: Valeria Hamann

Fuente: NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, NOTÍCIAS AGRÍCOLAS

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados irá enviar um ofício ao Governo Federal alertando sobre os prejuízos causados à indústria nacional em decorrência dos incentivos concedidos por outros países do Mercosul aos produtores. A discussão também será encaminhada ao Parlasul, solicitando que sejam adotadas políticas de proteção ao setor lácteo.

A decisão ocorreu durante a primeira reunião deste ano da câmara, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), concomitante à 17ª Fenasul e à 44ª Expoleite. "Temos observado que os volumes de importação aumentaram, devido ao baixo preço da matéria prima em países vizinhos. No acumulado entre janeiro e abril, o leite em pó integral subiu de 9 mil/kg importados em 2022 para 47 mil/kg neste ano. O queijo parmesão é outro produto que tem o valor lá fora menor do que o custo de beneficiamento pela indústria brasileira", explica Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat/RS).

A Argentina injetou recursos diretamente nos produtores, o Uruguai abriu linhas de crédito subsidiadas e a indústria brasileira permanece sem incentivos. De acordo com um estudo realizado pelo Sindicado e apresentado durante a reunião da Câmara na sexta-feira 19/05, o governo da Argentina, aporta 9,16 bilhões de pesos aos produtores e mais 167 milhões de pesos para as cooperativas investirem em equipamentos.

No Uruguai, o governo criou um programa de financiamento abrindo linhas de créditos para atender os cerca de 2 mil produtores no valor total de 9 milhões de pesos, com prazo de 13 anos de amortização. "O produtor e a indústria no Brasil, não têm atualmente nenhuma fonte de recursos de custeio direto o que causa este desequilíbrio com relação aos países que vêm adotando ações efetivas para assegurar a produtividade e a competitividade, entendendo o quanto isso é importante para a suas economias", destaca Palharini.

No encontro, os integrantes da Câmara Setorial defenderam ainda a urgência da liberação pelo Governo do Rio Grande do Sul de recursos represados do Fundoleite para os projetos de competitividade apresentados pelas empresas e projetos de desenvolvimento e valorização do leite e derivados no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Veículo: Compre Rural

Link: <https://www.comprerural.com/rs-plano-safra-2023-2024-para-pecuaria-de-leite-em-pauta-na-fenasul-expoleite/>

Data: 25/05/2023

Página: Notícias

RS: Plano Safra 2023/2024 para pecuária de leite em pauta na Fenasul Expoleite

Escrito por **Compre Rural** Conteúdo

25 de maio de 2023 - 14h42 — Atualizado em 25 de maio de 2023 - 14h42



Fonte: Leite

O engenheiro agrônomo da Fetag, abordou as perspectivas de linha de crédito, taxas de juros, limites de financiamento do Plano Safra 2023/2024 para a pecuária de leite.

Representantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) estiveram reunidos na última sexta-feira (19/05) durante a 17ª Fenasul e 44ª Expoleite no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

Eles debateram, entre outros assuntos, **medidas do Plano Safra 2023/2024, elaborado pelo governo federal, para a pecuária de leite.** O encontro foi conduzido pelo coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, que também é vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

O engenheiro agrônomo da Fetag, Kaliton Prestes, abordou as perspectivas de linha de crédito, taxas de juros, limites de financiamento do Plano Safra 2023/2024 para a pecuária de leite. “Acredito que o Plano deverá focar na produção de leite com **condições melhores para o agricultor produzir**”, disse. Segundo dados de 2021 da Emater/RS-Ascar, o Rio Grande do Sul possui hoje 137.449 produtores de leite.

Conforme Prestes, as principais demandas do setor para o Plano Safra são a formulação de modalidade no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e no Seguro Rural **para amparar o custeio da pecuária de leite**; e o rebate de 30% na renda bruta anual para o enquadramento do agricultor familiar no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Setor está preocupado também com o aumento da importação de leite do Uruguai e da Argentina. “Pois lá os produtores têm maiores subsídios que os produtores brasileiros, ficando uma condição desigual”, destacou.

Sobre esse assunto, o secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, enfocou as linhas de ações de competitividade que a Argentina e o Uruguai adotaram com o setor lácteo de seus países, para **ajudar na atual crise financeira que abala a cadeia produtiva do leite.**

A questão do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite do RS (Fundoleite) também foi abordada. O coordenador-geral das Câmaras Setoriais e Temáticas e diretor-geral adjunto da Seapi, Clair Kuhn, afirmou que o processo de liberação dos recursos do Fundoleite tem evoluído, precisando resolver algumas pendências jurídicas. Kuhn destacou ainda que a Secretaria de Agricultura tem acompanhado as tratativas relacionadas ao Plano Safra, no âmbito do governo federal.

O coordenador da Câmara, Eugênio Zanetti, afirmou que será enviado um ofício para o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) **dizendo que o leite importado da Argentina e do Uruguai está desestabilizando o comércio local** e que é preciso que o governo brasileiro tome algumas medidas para reverter essa situação.

Fonte: Emater/RS



SINDILAT/RS

CLIPPING ELETRÔNICO

Veículo: Rádio Gaúcha

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=O3EID7LOJqs>

Data: 08/05/2023

Minutagem: 15'20''



Gaúcha Atualidade | 08/05/2023



GZH
194 mil inscritos

Inscriver-se

46



Compartilhar



Veículo: RBS Notícias

Link: <https://globoplay.globo.com/v/11626273/>

Data: 17/05/2023

Minutagem: 3'21''



Veículo: Rádio Agert

Link: <https://www.agert.org.br/index.php/mais-audios/21628-industrias-de-laticinios-enfrenta-problema-de-competitividade-no-estado>

Data: 15/05/2023

Minutagem: 7'17''

Rádio AGERT

15/05/23

Indústrias de laticínios enfrenta problema de competitividade no Estado

O secretário-executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios do RS (Sindilat), Darlan Palharini, destacou que o Fator de Ajuste de Fruição (FAF) aumenta os custos dos produtos entre 3% e 4%.



Veículo: Redação TVE

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=y-nUKilockc>

Data: 30/05/2023

Minutagem: 1'04''



Redação TVE - 26/05/2023



Inscriver-se

